



2014

Políticas de Integração Social Cigana em Coimbra – A Importância da Mulher Cigana

Sónia Carina Simões Valente



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Políticas de Integração Social Cigana em Coimbra

A Importância da Mulher Cigana

Sónia Carina Simões Valente

2014



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Políticas de Integração Social Cigana em Coimbra

A Importância da Mulher Cigana

Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social e Cultural, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Florêncio (Universidade de Coimbra)

Sónia Carina Simões Valente

2014

Índice

Agradecimento.....	5
Siglas e/ou abreviaturas utilizadas.....	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Introdução.....	9
Parte I: Enquadramento Teórico.....	12
1. Estado da Arte	12
2. Os ciganos: história geral	13
2.1. Origens	13
2.2. As migrações	15
2.3. Diversidade.....	16
2.4. Aspectos sociais e culturais	19
2.4.1. Ofícios	19
2.4.2. Organização social	21
2.4.3. Organização Familiar	23
2.4.4. Aspectos culturais	24
3. Os ciganos em Portugal.....	25
4. Os Direitos Humanos e a etnia cigana	29
5. Etnicidade, racismo e diferença	32
5.1. Os ciganos como grupos étnicos e não como uma raça	32
5.2. Alteridade, “nós” e os “outros”	34
Parte II: Estudo de caso	36
5. Os ciganos em Coimbra	36

5.1. “Portugueses”, “Espanhóis” e “Chabotos”	36
5.2. A Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra (ASRCC)	37
6. Exclusão social cigana	40
6.1. Exclusão social cigana em Coimbra	42
7. Integração social Cigana	44
7.1. Inclusão Social Cigana em Coimbra	46
7.1.1. Como vêm os ciganos a sua integração social, de acordo com os técnicos que com eles trabalham.....	46
7.1.2. Políticas de Inclusão Cigana da Câmara Municipal de Coimbra	48
7.1.2.1. O centro de Estágio Habitacional	50
8. Mulheres Ciganas: a sua importância para a integração social das suas comunidades 54	
8.1. A importância das mulheres ciganas para a integração social cigana em Coimbra 57	
8.1.1. As mulheres ciganas do Centro de Estágio Habitacional (CEH)	59
8.1.2. O futuro da inserção social cigana passa pelas mulheres?	62
Conclusão	64
Referencias Bibliográficas.....	67
Anexos.....	75

Agradecimento

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador pela escolha do tema e pelo apoio sempre incondicional.

Queria aproveitar também para mencionar os meus pais e irmão, por acreditarem em mim e me darem força nas alturas mais sombrias (que foram muitas, mas não eclipsaram a força de vontade).

De seguida é importante não esquecer os meus amigos em Coimbra, que sempre estiveram ao meu lado nos dias de trabalho e nas noites de folga.

Também ao Teatro Olimpo, por ser a minha família, sempre, mesmo quando não estamos juntos e fazerem de mim uma pessoa melhor de dia para dia.

Um agradecimento muito especial Ao Fundo de Apoio Social do Instituto Justiça e Paz por me ter acolhido e me ter ajudado a acreditar que a falta de dinheiro não é motivo para desistir.

Por fim, gostaria de agradecer aos entrevistados, pelo tempo e paciência que me dispensaram, nomeadamente ao presidente da ASRCC com tive não uma entrevista, mas uma conversa, muito enriquecedora, pois o mais importante, como ele me lembrou, é falarmos com pessoas que nos fazem crescer interiormente.

Siglas e/ou abreviaturas utilizadas

ASRCC – Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra

CEH – Centro de Estágio Habitacional

CMAS – Centro Municipal de Acção Social

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

CPCJ – Comissão de protecção de Crianças e Jovens

RSI – Rendimento Social de Inserção

Resumo

A presente dissertação apresenta, de uma forma geral, algumas formas de exclusão social dos ciganos por parte da comunidade maioritária e as consequentes medidas de inserção praticadas pelo Estado, abordando especificamente, no caso de Coimbra, as políticas de integração social através do realojamento no Centro de Estágio Habitacional. Por fim, pretende-se perceber até que ponto a mulher cigana é essencial para a inclusão das suas comunidades na restante sociedade, a partir do ponto de vista das técnicas sociais e mediadores que com elas trabalham.

Abstract

This dissertation presents, in general, some forms of social exclusion of gypsies from the majority community and the consequent activation measures applied by the State, addressing specifically in the case of Coimbra, policies for social integration through relocation at the Center Stage Housing. Finally, we intend to understand how the gypsy woman is essential to the inclusion of their communities in the majority society, from the point of view of social workers and mediators working with them.

Introdução

Os processos de integração social, pressupõem que há pessoas vítimas de exclusão e como tal devem ser integradas. Portugal, como Estado Social estabeleceu algumas medidas que através de instituições como as Câmaras Municipais, Centros de Emprego, instituições de caridade, entre outras, visam incluir os que se encontram socialmente desfavorecidos. De uma forma geral essas medidas consistem em políticas de realojamento e formações a alguns níveis, como alfabetização ou competências domésticas.

As comunidades ciganas encontram-se entre os mais desfavorecidos socialmente. Em parte, tal deve-se a mais de 500 anos de exclusão por parte da sociedade maioritária, mas também à sua forma de viver. Portanto, antes de analisar os processos de inclusão social, parece-nos fundamental perceber quais os de exclusão e o porquê.

A estratégia metodológica utilizada baseou-se na observação participante. Este tipo de observação permite ter acesso aos significados que os actores sociais atribuem às situações sociais em que se encontram, Como refere Becker, “O observador participante reúne dados porque participa na vida quotidiana do grupo ou da organização que estuda. Este observa as pessoas que estuda por forma a ver em que situações se encontram e como se comportam nelas. Ele estabelece conversa com alguns ou todos os participantes nestas situações e descobre, a interpretação que eles dão aos acontecimentos que observa.” (BURGESS 1997: 86). A observação participante é concebida mais como uma estratégia de pesquisa do que um método, pois é constituída por diversas técnicas de recolha de informação (entrevistas, conversas, histórias de vida, etc.). Tradicionalmente implica um período extenso de convivência com os objectos de estudo, todavia, não é o que se pretende aqui, pois o período em que o trabalho de campo foi realizado, foi demasiado curto (as limitações levantadas pelo tempo necessário à pesquisa empírica e pela falta de disponibilidade de alguns dos entrevistados, revelaram-se grandes obstáculos para a elaboração final do trabalho escrito).

Como tal, dentro da estratégia da observação participante realizaram-se, entrevistas ao mediador cigano da Câmara Municipal de Coimbra, a uma assistente social (também da CMC e integrante da equipa do Centro Municipal de Acção Social e do Centro de Estágio Habitacional, sendo responsável pelos casos de realojamento quer no CEH, quer na malha urbana), a uma animadora sociocultural (igualmente integrante da CMC,

responsável pelos projectos de animação dinamizados no CEH, mas também nos bairros sociais) e ainda ao presidente da Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra. Estas permitem um levantamento de dados mais próximos da visão dos actores sociais pois não é uma situação artificialmente construída por quem investiga, como é caso dos inquéritos. Privilegiaram-se as entrevistas não estruturadas ou informais (Burgess 1997), individuais, para permitir um acesso a informações e ideologias que num contexto mais formal seria bastante mais difícil.

Assume-se que os antropólogos estão a investigar “fora” deles próprios, mas todos os investigadores se ligam de alguma forma ao objecto da sua pesquisa. É impossível eliminar a influência do etnógrafo na anotação de observações, mas deve ser diminuída ao máximo (DAVIES 1999: 11). Apesar da visão da antropologia como uma ciência, a verdade é que é mais interpretação do que constatação de factos. Porém, a própria cultura é interpretação e não algo estático passível de ser esquematizado, como se tem tentado fazer. Os factos antropológicos já são eles mesmos igualmente interpretações. É importante salientar que apesar de se chamar factos, estes não são coisas, são questões, observações e experiências e assim caberá ao etnógrafo escolher a melhor estratégia para se inteirar destes factos e conseqüentemente documentá-los. É aceite que o etnógrafo possui “ferramentas” que lhe permitirão avaliar uma cultura alheia, ou seja diferente da sua.

A partir de um trabalho de terreno que consistirá em entrevistas realizadas a profissionais que trabalhem com as comunidades ciganas de Coimbra. Ir-se-á incidir sobre a exclusão social cigana e a comparação das práticas de integração social consoante os contextos habitacionais. Dá-se relevância ao papel da mulher para a integração social dos ciganos. O trabalho de campo visa compreender as formas de integração social praticadas pelas mulheres ciganas de Coimbra, segundo o ponto de vista das técnicas sociais (não ciganas), do mediador cultural cigano e do presidente da Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra (ambos ciganos), que com elas trabalham, para compreender até que ponto as políticas municipais são ou não importantes e exclusivas. Para tal. Tentar-se-á perceber se o contexto habitacional torna a inserção diferente. Os contextos habitacionais em questão são o Centro de Estágio Habitacional, os bairros sociais e habitações dispersas na cidade.

Apesar dos estudos realizados por Dias (2006) e Fonseca (2005) se basearem em questionários elaborados a ciganos para avaliar o seu ponto de vista relativamente às representações sociais dos ciganos de si próprios e dos não ciganos, dos processos de

inclusão e exclusão e de Silva (2005) da perspectiva das mulheres ciganas relativamente à saúde dos seus filhos, o projecto deste estudo tenta conjugar a perspectiva feminina cigana da sua inserção social com a avaliação da forma como esta se processa, de um ponto de vista antropológico. No entanto, estes estudos apresentam um ponto de vista mais estatístico o que torna as conclusões relativas à inclusão social um tanto ou quanto ambíguas.

Parte I: Enquadramento Teórico

1. Estado da Arte

No que respeita à integração social de comunidades ciganas, e tendo em conta que estas têm sido vistas de uma forma discriminatória (pela negativa) por parte das sociedades dos países onde vivem, estes têm tentado sempre implementar processos de exclusão e/ou assimilação e mais recentemente de inclusão, como mostram alguns estudos publicados: Cardoso (2001); Cortesão (1995); Dias (2006); ERRC (2007); Fonseca (2005); Lopes (2008); Mendes (1998, 2007 e 2012); Santos (2008) ou Silva (2005).

Os estados europeus, por exemplo, têm tentado implementar políticas de integração social de comunidades ciganas, que passam por uma tentativa de melhoria do acesso aos serviços sociais, assim como benefícios na concessão de habitações sociais, políticas de saúde pública e acesso a pensões financiadas pelo Estado. Todavia, e apesar de estarem no Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social (PNAI), que foi aplicado na República Checa, em França e em Portugal, verificou-se que muitos elementos de comunidades ciganas não têm conhecimento deste plano (ERRC 2007: 13). Lopes (2008) critica que alguns trabalhos apresentados sobre o tema tem dados estatísticos e entrevistas importantes mas que não existe enquadramento teórico para esses dados e que nenhum oferece um olhar verdadeiramente etnográfico sobre a comunidade. Esse ponto de vista é partilhado por Bastos (2007), que faz ainda uma análise de imprensa relativa ao tema, que nos permite ter um visão mais abrangente de como as comunidades ciganas são apresentadas na comunicação social.

No espaço geográfico em estudo, no que respeita à inserção social, a Câmara Municipal de Coimbra concebeu um “modelo de actuação” (Santos 2008), procedendo à construção de um Centro de Estágio Habitacional para realojar provisoriamente os cidadãos que habitassem em condições precárias (o que inclui membros de comunidades ciganas). De seguida procedeu à promoção de formações, assim como um realojamento definitivo na cidade.

No contexto feminino, para além do estudo de Luísa Ferreira da Silva sobre os comportamentos de saúde materna das mulheres ciganas portuguesas (2005), da obra de Donizete Rodrigues e Célia Vieira sobre mulheres ciganas em contexto de reclusão

(2000) e da tese de Santos (2009) sobre saúde sexual e reprodutiva entre mulheres ciganas, os estudos que têm sido feitos sobre inserção social abordam as comunidades ciganas de uma forma geral. Assim sendo, é referido que a mulher cigana desempenha um papel muito importante, pois desde cedo trata da casa, dos irmãos e mais tarde dos filhos, ao mesmo tempo que ajuda na venda, dando um contributo muito importante para a economia familiar (Cardoso 2001).

É importante salientar que, apesar das tentativas de exclusão e posteriormente inclusão social ao longo da História, segundo Daniel Seabra Lopes (2008), só a partir da década de 70 do século XX é que a antropologia se começou a debruçar metodicamente sobre o assunto. Piasere (1994: 21) considera que o estudo tardio do grupo socio-cultural cigano dever-se-ia ao facto de “tradicionalmente os antropólogos estudarem povos exóticos situados geograficamente distantes dos lugares de origem/vivência dos antropólogos, perspectivados como “os primitivos perfeitos”, não existindo uma tradição de estudar o exótico próximo ou, nas suas palavras “os selvagens dentro de casa”... enquanto “primitivos deslocados”, considerados pelos antropólogos como “indignos de uma atenção séria”. (Casa-Nova, 2009)

2. Os ciganos: história geral

2.1. Origens

A história do povo cigano é ainda hoje pouco conhecida. A sua cultura, sem escrita, não permitiu registos dos factos ocorridos desde há centenas de anos, cabendo aos historiadores e investigadores ajudar a construir a sua história, tendo como suporte documentos elaborados ao longo dos tempos. Sendo esses documentos produzidos por outros, ou seja os diferentes povos que entravam em contacto com ciganos, e não por estes, o espaço literário foi muito dedicado a especulações e lendas quer para o melhor, quer para o pior.

Segundo Donald Kenrick (1998) emigraram da Índia para a Pérsia camponeses, guardadores de gado, mercenários e guardas do palácio, músicos, guarda-livros e mercadores, pois existem registos escritos de todos este grupos, mas outros houve que passaram pela Pérsia para chegar à Europa sem deixar rasto da sua passagem, devendo ter passado pelo Médio Oriente, já que não havia outra rota possível. Jean-Pierre

Liégeois (1985) afirma que os ciganos vêm do Oriente e só no fim do século XVIII a linguística descobre que a sua língua tem semelhanças com algumas da Índia, sendo próxima do sânscrito, de que deriva. As migrações fizeram-se a partir da Índia, entre os séculos IX e XIV, sem dúvida, e em várias vagas. “A linguística permite também, pelo exame do vocabulário e das estruturas gramaticais dos dialectos ciganos de diferentes países, dar uma ideia dos itinerários seguidos na época das migrações, confirmando e completando os dados em arquivo.” (LIÉGEOIS 1998: 22) A linguística tem, efectivamente, sido uma grande aliada dos historiadores para a definição de uma origem cigana. Em 1927, o linguista Turner mostrou que a língua cigana se aparenta com certas formas de falar dos Hindou-Kouch e da Índia central (HEUSCH 1966: 84).

Kenrick, ainda, refere que “uma vez que o romani¹ europeu e arménio se alteraram e o persa não, a conclusão lógica é que esta mudança ocorreu na arménia por influência da língua arménia.” (KENRICK 1998: 45). Segundo este ponto vista, o povo cigano terá feito um percurso de oriente para ocidente. Devemos todavia ter em atenção as palavras do importante ciganólogo, Angus Fraser: “A linguística histórica não pode determinar a origem racial e étnica dos primitivos falantes de Romani. Não há um vínculo intrínseco ou necessário entre língua e raça: o que há é muitos casos, devidamente atestados, de grupos étnicos inteiros que mudam de língua ao longo dos tempos.” (FRASER 1998: 28). No entanto este especialista refere também que existem similaridades entre a palavra que os ciganos dão aos homens da sua raça *Rom* e a palavra *Dom*, pois há referências aos Dom como músicos já no século VI. Em sânscrito a palavra adquiriu o sentido de “homem de casta inferior que vive do canto e da música”. Nas línguas indianas modernas o significado é muito similar” (FRASER 1998: 30).

Assim sendo, apesar de não haver provas em concreto, o mais provável é que o povo cigano seja originário da Índia e daí tenha emigrado em direcção ao Ocidente. Muitos historiadores referem três vagas migratórias: a primeira entre 224-642, a segunda entre 642-900 e a terceira entre 900 e 1454. Importa referir que estas datas não estabelecem balizas rígidas, nem números certos, ou uma regularidade pendular. Segundo Marcel Courtiade, “os primeiros grupos de população romani começaram a atravessar o Bósforo a partir do ano 1000, de onde rapidamente se foram espalhando por

¹ Designação atribuída à língua dos Rom ou Roma, todavia “é discutível se o romani não atingiu uma fase em que deve ser considerado um grupo de línguas estreitamente relacionadas e não uma única língua com numerosos dialectos.” (FRASER 1996: 286)

toda a Europa”. (AUZIAS 1995: 9) É a esta primeira vaga que remonta a população gitana da Espanha, por exemplo, bem como os Manouches (França) e também o tronco comum dos Rom propriamente ditos, que se implantou segundo um eixo Balcãs-Cárpatos-Báltico, a partir do qual se efectuaram as migrações posteriores.

2.2. As migrações

Diversos autores defendem, tal como foi referido anteriormente que o primeiro movimento migratório, por circunstâncias várias, levou muitos grupos à Pérsia onde procuraram uma vida melhor. Possuidores de profissões variadas, tinham, no entanto, a semelhança da língua e da religião, o que os levou a misturarem-se socialmente e a promover casamentos entre os seus filhos. Os persas, por seu lado, recusavam qualquer tipo de ligação com membros da comunidade indiana. Estando à margem da sociedade na Pérsia, não houve por isso a tentativa da sua conversão à religião masdeísta. (Kenrick 1998) Assim, este grupo continuou a professar a religião hindu, até entrar em contacto com o cristianismo na Grécia bizantina e, mais tarde, com o islão.

Segundo Manuel Gonçalves Martins (2007), a entrada desse povo na Europa aconteceu em pequenos grupos de clãs familiares. Alguns documentos dos séculos XIV e XV referem-se à sua presença neste continente. Por isso, o povo cigano chegou à Europa ao menos durante esses séculos. De facto, em 1322 num documento do Franciscano Simon Simeonis falou-se de famílias existentes em grutas e tendas de Creta; em 1348 insistiu-se sobre os “*Cingarife*”, de Servia; e mencionou-se o “*Feudum Acinganorum*” na ilha de Corfu (existiu até ao século XIX). Atribuíram-lhes muitos nomes: boémios, sarracenos, egipcianos, egitanos. Estes últimos talvez por terem estado numa região a que se chamou “Pequeno Egipto” devido à fertilidade dos terrenos ou, quem sabe, por terem passado pelo Egipto, o que levou a que muita gente acreditasse que eram daí oriundos. Daqui surgiram as palavras “cigano”, “gitano”, “gipsy”, “tsigane” que, em várias línguas, ainda hoje os designam. Por outro lado, segundo Heusch, “Tsiganes” é de origem grega: o termo *Atsinganos* ou *Atsinkanos*, (HEUSCH 1966: 19) remonta ao século VIII, para designar um povo que chegou a Bizâncio vindo da Frígia e da Trácia.

Em 1425 é passado um salvo-conduto² em Saragoça a um D. João do Egipto Menor, datando neste território a primeira referência aos ciganos na Península Ibérica. Entre 1505 (entrada na Escócia) e 1579 (entrada no País de Gales), o povo cigano penetrou nas ilhas britânicas. Instalaram-se na Rússia em 1501, na Dinamarca em 1505, na Suécia em 1512 e na Finlândia em 1512. Em 1741, Segismundo, imperador da Boémia, deu uma “carta de Recomendação e Protecção” ao chefe de um grupo de cem ciganos. A emigração para Africa e as Américas processou-se essencialmente a seguir às medidas de deportação tomadas pelas autoridades portuguesas (sobretudo para o Brasil) e espanholas no seculo XVII, assim como posteriormente por ingleses e franceses. (LIÉGEOIS 1985: 25). Por outro lado, em Espanha os aristocratas protegem famílias ciganas e o apadrinhamento permite-lhes a adopção dos seus apelidos: Mendonza, Montalvo, Cortés, etc.

Durante os seculos XIX-XX, a Europa conheceu a segunda (libertação dos ciganos escravos na Roménia) e a terceira (anos sessenta do seculo XX, ciganos provenientes da Jugoslávia) vagas de migrações. É igualmente importante referir que o fim da primeira Grande Guerra movimentou grupos que mais tarde foram expulsos aquando da Segunda Guerra e ainda que no final dos anos 50 houve muitos ciganos que emigraram preferencialmente para a Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Estas passagens por regiões tão diversas, bem como as fixações, trouxeram forçosamente influências e apropriações em termos culturais e linguísticos, levando, naturalmente, à formação de muitos grupos, diferentes entre si, ainda que com raízes comuns. Este facto faz do povo cigano um conjunto heterogéneo, dentro das suas semelhanças.

2.3. Diversidade

Luc de Heusch afirmava, em 1966, que se distinguiam dois tipos de culturas ciganas, os sedentários (com muitas diversificações) e os nómadas, dizendo ainda (relativamente a estes últimos) que “Os *Manush* ou *Sinthi*³ são um grupo particular na

² A historia das cartas de recomendação esta de certo modo deturpada, mas é altamente relevante. (FRASER 1998: 59)

³ Sobre esta comparação, Fraser corrobora dizendo que *Monouches* é o equivalente francês dos *Sinti* alemães (FRASER 1998: 244)

hierarquia Rom, pois são praticamente rejeitados do universo dos outros nómadas.” (HEUSCH 1966: 53) A estes nómadas Olimpio Nunes denomina como “grupos Rom” (NUNES 1996: 349) que formam um grupo homogéneo que se opõe aos não ciganos e aos ciganos sedentários, apoiando-se sobre a mesma estrutura social em qualquer parte do mundo.⁴ Relativamente à distinção entre sedentários e nómadas, Liègeois afirmou:

“... possibilidade de definição dos ciganos por um arbítrio jurídico – eles são “pessoas que levam uma vida nómada, seja qual for a sua raça ou origem” – chegando-se assim ao facto, definido pelos magistrados, de um individuo que compra uma caravana e se instala sem autorização se tornar cigano, porque dele tem o modo de vida, o que não passa de uma banalização estereotipizada de uma denominação arbitrária; com este género de definição, os ciganos sedentarizados não são ciganos e todo o caravanista⁵ em infracção é cigano.” (LIÈGEOIS 1985: 113)

Para o especialista Angus Fraser (1996) um *Sinti* pode denominar como *Roma*, os ciganos oriundos da Europa de Leste, sendo que estes se podem referir a qualquer cigano da Europa ocidental como *Sinti* (em França ficaram conhecidos como *Manouches* (do Romani *manush*, “cigano”). Uma terceira categoria principal, diferente dos Sinti e dos Roma, é formada pelos *Calé* de Espanha, os Ciganos de Portugal e os *gitans* do sul de França, juntamente com grupos cognatos que vão até à América Latina. Os *quinquis* (FRASER 1996: 286) por exemplo, (abreviatura de *quinquilleros*) de Espanha e Portugal, são um grupo homogéneo, exclusivo, com uma preferência marcada pelos casamentos com parentes próximos. Há quem afirme que descendem de um ramo isolado e antigo de ciganos, mas não se encontram semelhanças físicas,

⁴ Esta parte poderá ser actualmente, talvez um exagero, principalmente devido a influências diversas e a uma aculturação progressiva.

⁵ “Os *Travellers* são geralmente assimilados ao grupo Rom, por causa do modo de vida semelhante e da amálgama que se produziu ao longo dos séculos entre os dois grupos (casamentos mistos, vida em comum, problemas semelhantes...). Mas de facto, não pertencem ao mesmo grupo étnico, pois são de origem indígena; segundo muitas opiniões, seriam ou de origem pré-céltica, ou descendentes de pessoas que teriam escolhido a estrada entre os séculos XVII e XIX, numa época de perturbações políticas ou crises económicas na Grã-Bretanha. Françoise Kempf (AUZIAS 1995: 128)”

culturais ou linguísticas. Para Sant’Ana⁶ (1983) cada grupo cigano considera-se o portador do que é mais autêntico em termos ciganos, desprezando os que consideram aproximar-se mais da forma de vida gadjé (não cigano), sendo que o nomadismo explicaria em parte porque o cigano conseguiu sobrepor-se a quaisquer tentativas da sua desintegração ou integração⁷.

A segunda metade do século XIX viu muitas tribos ciganas começarem a afastar-se dos Balcãs e da Hungria em todas as direcções. Diziam-se *Rom*.⁸ Há contudo muitos outros grupos na Europa central e oriental que não estão confinados a dialectos valacos e agora reivindicam a mesma designação, *Rom* (FRASER 1998: 218). Em 1967 é formado o Comité Internacional Cigano, que em 1971 organiza o I Congresso Mundial Cigano, com delegados de catorze países, estes rejeitam os termos *tsigane*, *zigeuner*, *gitanos*, *gypsies*, que não são os seus e não estão de acordo com a realidade, mas aceitam a designação *rom*.

Independentemente destas designações, os ciganos sedentários são agora a maioria quer no leste quer no ocidente, mas continuam a manter a sua especificidade. Fraser salienta ainda o seu gosto de estarem próximos uns dos outros, desconfiando dos prédios porque podem minar as suas relações familiares.

⁶ Sobre os ciganos do Brasil.

⁷ “É uma grande tentação considerar que os Rom valacos... são os mais fieis guardiões da tradição cigana. (...) Todavia, nunca é simples ajuizar quanto da reserva cultural dos Ciganos lhes é exclusiva. No campo do folclore, por exemplo tem adaptado regularmente elementos da cultura da comunidade não cigana com que tiveram contactos, integrando-os nas suas próprias canções e lendas. (FRASER 1998: 228)” Não se sabe se “uma pratica como o preço da noiva (que tem equivalentes nos povos tribais da Índia) é um costume que os outros ciganos deixaram perder-se ou se penetrou nos Rom (e em alguns grupos ciganos vizinhos) no decurso da sua prolongada estadia nos Balcãs. (FRASER 1998: 231)”

⁸ “*Rom*, que significa homem em *romani*, masculino singular, *roma* no plural, *romni* no feminino; *romnia* no feminino plural, é o nome do grupo *tsigane* maioritário e o mais espalhado no Leste. Substituiu, no léxico da dignidade recuperada, “ciganas”, apelativo que os outros deram aos Roms. É muitas vezes aproximado da palavra *Dom*: “Dom: homem de casta inferior que vive da musica e da dança”. (Sir Angus Fraser, *The Gypsies*, Blackwell, p. 26). O adjectivo *romani* é empregado para a lingua e para a cultura. Encontra-se a mesma coisa em diversos dialectos indianos. (Auzias 1995: 40).

2.4. Aspectos sociais e culturais

Fascinante para alguns, errado para outros e incompreendido por muitos, o estilo de vida cigano tem sido alvo de vários comentários e posteriores estudos, desde a chegada dos ciganos à Europa.

Angus Fraser refere que alguns aspectos importantes do seu modo de vida ainda são obscuros. Por exemplo, é estranho que nada se diga, até ao decorrer do século XVI, sobre os ciganos terem uma língua própria; e também não ouvimos falar de dificuldades suas de comunicação com os habitantes dos países que visitavam pela primeira vez. Também dispomos apenas de pormenores esparsos de veículos e abrigos (FRASER 1998: 82), que raramente são mencionados. Todavia, não devemos aceitar todas as referências antigas que pareçam relacionadas com o seu estilo de vida, como verdadeiras.⁹ Refiramos, por exemplo, as representações pictóricas, que começam a cair em padrões fixos: a cena da leitura da sina, muitas vezes com a assistência dum criança carteirista (FRASER 1998: 123), acaba por se tornar um contexto corrente, implantando no público determinado estereótipo.

2.4.1. Ofícios

Para além dos estereótipos os ciganos tinham ainda que lidar com os preconceitos e estruturas económicas dos países por onde passavam e/ou se estabeleciam, sendo que estas raramente eram a favor de quem não era sedentário. A questão do nomadismo tem sido um factor ora de rejeição, ora de atracção. Segundo Marcel Courtiade o nomadismo foi causado por dois factores, de um lado as expulsões recorrentes das zonas de conflito de onde os últimos a chegar (os Rom) eram automaticamente os mais facilmente perseguidos; e por outro lado, há a estrutura de castas das profissões.¹⁰

Fraser (1996) afirma ainda que as artes, os ofícios e o comércio eram rigorosamente controlados e os camponeses não tinham o hábito de contratar mão-de-obra ocasional, por isso o que restava aos ciganos como sustento limitava-se a pequenos

⁹ (Ragnar Numelin afirmava em 1939 (NUMELIN 1939: 315) que os investigadores do século XVII e XVIII apresentaram teorias que são apenas especulação fantástica).

¹⁰ Actualmente, mais de 90% dos Roms da Europa são sedentarizados. (AUZIAS 1995: 24)

serviços, vendas e actividades de entretenimento. No que toca aos ofícios, é impossível mencioná-los sem abordar a temática do “estilo de vida”¹¹ associado aos ciganos. Tradicionalmente vendedores ambulantes ou feirantes, os ciganos já tiveram o ofício de tanoeiros e cesteiros, vendendo também cavalos (atestado por vários estudiosos como Liègeois (1985) e Fraser (1998)). A venda ambulante, a sua principal actividade, mantém-se na medida em que haja espaços povoados que lha permitam, mas cada vez será mais difícil ganhar a vida deste modo. Com uma escolaridade baixa, na grande maioria dos casos, não é fácil ascenderem a outros empregos. Se os rapazes ainda fazem o 1º ciclo de ensino básico ou vão quando muito até ao 9º ano, as raparigas, por uma questão de regras internas, abandonam precocemente a escola. Deste facto resulta uma escassez de competências que não lhes permite ter outros meios de vida. Apesar de tudo, nos últimos anos, a situação da escolarização das crianças ciganas foi objecto de uma progressiva melhoria, no entanto, em termos de frequência e sucesso escolar ainda está bastante longe do que seria desejável.

Apesar de esta ser uma realidade geral existem actividades muito variáveis e diversificadas (LIÉGEOIS 1985: 71) por eles praticadas, não sendo só as tradicionais como o trabalho de metal, artes circenses, vendedores ambulantes, comércio de cavalos, leitura da sina e/ou trabalhos agrícolas sazonais, mas também algumas quase desaparecidas como o fabrico de utensílios de ferro ou madeira. Por outro lado, segundo este autor existem outras em expansão, venda de viaturas em segunda mão, alguns ofícios do mundo do espectáculo, trabalhos sazonais ou específicos como o transporte de madeira por água na Finlândia, apanha de cogumelos e caracóis na Áustria, branqueamento com cal nas fachadas na Grécia e em Espanha, entre outras¹².

O tipo de ofícios praticados por ciganos deve-se por um lado à limitação de escolha devido à sua baixa escolaridade e nomadismo, mas por outro é igualmente uma consequência da visão que algumas comunidades têm da necessidade de trabalhar. O trabalho deve deixar as pessoas disponíveis para os assuntos sociais, como visitar a família e os doentes, participar em reuniões, etc. (MARTINS 2007: 296) Ou seja, é uma necessidade não um fim:

¹¹ Com a expressão “estilo de vida” pretende-se fazer referência à mendicidade, nomadismo, mistérios, magia e religião, que são, segundo Heusch, “...formas de protecção para preservar a identidade de uma cultura em estado de sigilo e impermeável ao mundo exterior.” (HEUSCH 1966: 89).

¹² O livro a que se refere foi publicado em 1985, segundo Liègeois as actividades referidas estavam em expansão nessa altura.

“O cigano independente, pode ser pobre, mas não é proletário, pois o que conta num ofício é antes de tudo a maneira como ele possa ser exercido. Esta filosofia da economia (assim como o habitat) faz com que a escolha das actividades seja o resultado de um compromisso provisório. (LIÈGEOIS 1985: 72)”

2.4.2. Organização social

A união matrimonial entre duas pessoas, que normalmente se faz segundo a lei cigana, é o primeiro passo para a formação da família cigana, unidade base da sua organização social, unidade económica e educativa do grupo, bem como garante da coesão das estruturas. Assim, a sua organização social depende bastante dos laços criados pelas trocas matrimoniais entre alguns grupos, sujeitos a certas regras e leis comuns. Esta organização está estruturada em torno de um quadro de valores simbólicos e morais, num conjunto de regras e interdições muito ligadas ao conceito de limpeza e pureza (a virgindade das mulheres antes do casamento; a quarentena após o parto (SANT’ANA 1983: 96), a mulher é mais impura (sobre o conceito de impureza, tal é, segundo Mary Douglas (1966), uma ideia relativa, pois “sempre que impomos à nossa existência um modelo rigoroso de pureza, tornamo-la terrivelmente desconfortável; e se formos até às últimas consequências, desembocamos em contradições ou até na hipocrisia”. (DOUGLAS 1966: 190)). portanto sujeita a mais restrições e isolamento antes da puberdade e depois da menopausa porém são poucas as proibições (FRASER 1998: 234) uma rapariga pode usar saias curtas e as mulheres mais velhas podem conviver mais livremente com homens), ao respeito pelos mais velhos, ao amor e dedicação às crianças, (uma mulher não tem licença para caminhar a frente de um homem mais velho, mas com um bebe nos braços pode andar onde quiser. “As ciganas eram bruscas com os filhos (mas não com os bebés que eram alvo de uma atenção constante e cuidadosa). Tinham um estilo diferente, mas funcionava bem pois as crianças eram mais resistentes que as nossas e tinham amor e conforto por parte de toda a família.” (FONSECA 2003: 60)), ao luto que os une na dor (“A mulher, deve ser fiel ao seu marido mesmo apos a sua morte, não devendo casar-se novamente” (MARTINS 2007: 294)) ou à veneração pelos seus mortos (a morte de um cigano é muito chorada. (SANT’ANA 1985: 116). Os pertences devem ser enterrados com o defunto ou então destruídos de seguida).

A solução para conflitos ou faltas graves tem que ser encontrada em conjunto pelo grupo dos mais velhos, adoptada em consenso e baseada nos valores da moral e do respeito pela honra e pela pureza. O castigo imposto pela comunidade é aplicado ao infractor e alargado a toda a família. Há também muitas vezes o recurso à opinião e conselho do *Tio*, homem de respeito, de certa idade, com família numerosa, inteligente e sábio, que está bem na vida e sabe falar, e que é reconhecido pela comunidade.

O controlo social, que garante a regularidade, a perenidade e a coesão das estruturas sociais, exerce-se de uma forma difusa, mas a sua importância é tão grande quanto a do indivíduo pois permite a permanência das suas tradições que podem ser, segundo alguns autores, corrompidas pelo contacto com os não ciganos:

“...parecem ter sempre segredos na mente; a sua vida aparenta ser uma conspiração continua contra o resto do mundo e o seu senso de coesão tribal fê-los criar uma divisão entre eles e os outros seres humanos. (STARKIE 1953: 38)”

“Os ciganólogos, não devem ignorar que os nómadas desprezam os sedentários pois perderam a sua independência e renunciaram a sua tradição. (HEUSH 1966: 29)”

“...ainda que o cigano receba influências de outras sociedades, está organizado essencialmente para sobreviver em diferentes contextos, sem que seja por esses assimilado. (SANT’ANA 1983: 55)”

“...maior parte dos actos (do não cigano) é do domínio do interdito: vista-lo é correr o risco de ficar manchado, assim como trabalhar com ele, ou comer com ele...(LIÉGEOIS 1985: 57)”

Os *gadje* são por definição impuros. Logo o contacto com este deve ser evitado assim como empregos que o requeiram. (FRASER 1998: 235)

Todavia essa separação nunca é completa e a convivência terá sempre de ser feita por ambas as partes. Há que referir, novamente, que apesar de se evitar o contacto o número de ciganos sedentarizados tem vindo a aumentar (devido a vários factores que abordaremos mais à frente), logo estes têm vindo a adoptar algumas das práticas e costumes dos não ciganos. Em 1983 Sant’Ana publicou um estudo sobre os ciganos brasileiros do qual podemos retirar algumas das suas práticas. A autora fala-nos por exemplo que o sedentarismo é relativo pois a casa funciona como uma forma de serem aceites pelos não ciganos. Porém as actividades são quase todas realizadas numa só divisão, geralmente uma garagem onde a família se reúne, as mulheres lêem a sina e os homens recebem visitas. Sant’Ana concluiu que quando o cigano procura reformular a

imagem que o não cigano têm de si, procurando identificar-se com ele, garante a sua permanência nessa sociedade, pois os centros urbanos são focos de mudança. A inovação cultural na cidade é acompanhada de prestígio. (NUNES 1996: 354) Starkie dá alento, apesar do que foi acima citado, a esta ideia utilizando o termo “plasticidade” (STARKIE 1953: 9) para definir a capacidade de adaptação dos ciganos ao que os rodeia.

2.4.3. Organização Familiar

No que toca à estrutura familiar esta inicia-se, como foi supracitado, com o casamento. Neste acontecimento é a família do rapaz que se encarrega das despesas e também veste a noiva dando-lhe ainda um enxoval pois segundo o ideal do grupo, a noiva deve deixar em casa do seu pai tudo o que lhe pertencia. Para além de uma cerimónia segundo os costumes ciganos, realizam também uma na Igreja católica (não só para que haja uma aceitação por parte da comunidade não cigana, mas também para que a sua situação conjugal seja reconhecida legalmente. (SANT’ANA 1983: 95) No ponto de vista cigano a cerimónia é suficiente, não atribuem importância ao casamento civil). O casal permanece em casa do pai do noivo até ao nascimento do primeiro filho, pois só a partir desse momento a família está completa e se dá continuidade ao nome da família.

O homem é o chefe da família. Encontra-se muitas vezes fora de casa, quer para manter os laços sociais, quer para fazer os seus negócios, continuando assim um estilo de vida que se conjuga com o trabalho que desenvolve. A mulher cigana desempenha um papel muito importante: desde cedo trata da casa, dos irmãos e mais tarde dos filhos, ao mesmo tempo que ajuda na venda, dando um contributo muito importante para a economia familiar. É a educadora dos filhos pequenos e das filhas até ao casamento, mantendo as tradições vivas e transmitindo-as.

A sua educação desenvolve-se em contexto colectivo, estando a família sempre presente como fonte inesgotável de afectos e compreensão. Incute-lhe o sentido de independência e de profundo respeito pelos mais velhos. Crianças e adultos vivem juntos, trabalham juntos, sofrem juntos. É dado um grande incentivo à criança para a observação e exploração do mundo que a rodeia, para a tornar independente e ajudar a família em termos económicos. (BASTOS 2007) Assim, o jovem trabalha com o pai no

comércio, aprendendo a regras do negócio, e a menina trabalha com a mãe, ajudando-a na lida da casa, a tomar conta dos irmãos e dos primos.

2.4.4. Aspectos culturais

A música cigana (foi mencionado que, segundo Kenrick (1998), alguns emigrantes da Índia para a Pérsia eram músicos para animação de cortes) com as consequentes migrações difundiu-se pela Europa em espectáculos que extasiavam a assistência com o exotismo das suas roupas, o movimento das suas danças e a beleza da música. Nos países da Europa de Leste, a música cigana, talvez por ter também absorvido alguns elementos do seu folclore, tem características muito especiais, sendo o violino “zíngaro” um elemento essencial. Já na Península Ibérica, ocorreu o oposto, pois o “flamenco” (origem na dança cigana) implantou-se por tal forma, que passou a fazer parte da cultura espanhola. As raparigas revelam uma apetência única para a dança, começando desde muito cedo. Há que referir, no entanto, que a dança cigana é algo intrínseco à sua cultura, não é praticada com o propósito de comercialização. Por exemplo “...o caso de uma cigana que ganhava um grande salario num teatro em Sevilha (flamenco), de repente cancelou o contracto e juntou-se à família fazendo cestos e lendo a sina com a mãe e as irmãs.” (STARKIE 1953: 120) A leitura da sina leva-nos para outro campo muito associado aos ciganos, pois são considerados (principalmente as mulheres) “...especialistas em práticas mágicas e divinatórias” (MESNIL 1980: 32), mas este é apenas mais um dos muitos estereótipos a eles associados

Se os estereótipos de que foram objecto, fruto do desconhecimento da sua história e cultura, envolveram os ciganos numa aura de mistério e exotismo, não é menos verdade que lhe foi conferido um estatuto de indesejável, que os tem perseguido para onde quer que vão. O conhecimento da sua cultura e identidade (para além da organização social e regras internas que já vimos) levanta a ponta de um véu que descodifica muitos dos comportamentos que para os não ciganos são incompreensíveis e até absurdos. Saber o porquê implica também compreender, aceitar e respeitar, porque, “todas as culturas são mais ou menos etnocêntricas face aos estranhos.” (NUNES 1996: 374). Ou seja, os “estranhos” são todos os indivíduos pertencentes à cultura “X”, para os da cultura “Z” e vice-versa.

Neste contexto, é necessário afirmar que a acultura, tal como propõe Clifford Geertz (2008), não é algo concreto, mas sim formada pelos significados que os homens dão às suas acções e a si mesmos. Assim a etnografia, para conhecer a cultura, mais que registrar os fatos, deve analisar e interpretar os significados contidos nas acções humanas e não apenas descrevê-las. Portanto, falar de uma cultura cigana talvez não seja o mais correcto (é preferível falar da cultura cigana como um todo com particularidades segundo alguns factores, do que diferenciar cada novo aspecto como uma cultura diferente) pois, tal como vimos, o número de comunidades ciganas diferentes é considerável e ainda, a sedentarização tende a fazer desaparecer algumas práticas. Deste modo, poderíamos referir-nos a culturas ciganas, mas essa expressão também não traduz a realidade (pelo contrário, dá a entender que não existe ligação entre comunidades), pois, por exemplo, existem aspectos culturais particulares em diversas zonas de Portugal, mas não nos referimos a eles como culturas específicas, pelo contrário, englobamo-los na totalidade da “cultura portuguesa”. Tal não se deve à partilha de espaço, mas sim à partilha de língua e conhecimento, ou seja, cultura é fundamentalmente uma *herança cultural* (NUNES 1996: 338) a qual não é veiculada pela hereditariedade biológica, mas sim pela aprendizagem, não permanece imutável, vai aumentando e a cultura cigana, pode dizer-se que *sofre mudança*, embora lenta. Todavia, ainda segundo Olimpio Nunes, é impossível extinguir a cultura cigana pois já se estuda a língua romani dando-lhe uma forma escrita, mas, para além disso, as culturas minoritárias e Claire Auzias alerta para este facto afirmando que “os ciganos não são uma minoria nacional [estão presentes em vários países]. São uma etnia. É muito diferente. Uma etnia é uma bolha social, estanque, de contornos estatistas.” (AUZIAS 1995: 60 meus sublinhados), logo têm que ser salvaguardadas segundo o Código Internacional dos Direitos do Homem.

3. Os ciganos em Portugal

Em Portugal, a primeira fonte literária relativa aos ciganos é de 1510, com o poema de Luís da Silveira “As Martas de D. Jerónimo”. Em 1521 Gil Vicente apresenta na Corte, em Évora, a “Farsa das Ciganas”. “Infere-se da sua leitura (“Auto das Ciganas” 1521) que eram bem conhecidos do autor ao evidenciar, de forma clara, o modo de vida que lhes era próprio. (COSTA 1996: 27)” Com desenvoltura e graça

descreve as capacidades misteriosas que as mulheres revelam de ler a sina nas linhas da mão, da sua queda para o canto e dança, bem como do jeito dos homens para o comércio.¹³

Pode-se imaginar a estranheza que esta gente, tão diferente, a falar uma língua desconhecida a que os não ciganos chamavam geringonça (caló), vestidos de forma exótica e com hábitos totalmente diferentes, causou na sociedade de então. É provável que a reacção imediata tenha sido de recusa e perseguição, que veio a ser corporizada em leis que infligiam castigos, por vezes demasiado pesados. Como são comunidades sem hábitos de escrita, o estudo da legislação do país pode revelar alguns dos seus hábitos de vida. Por exemplo, Elisa Lopes da Costa refere que a primeira lei a castigar os ciganos data de 1526 e que as acusações de que são alvo prendem-se com:

“...prática do nomadismo, deslocações em grupos de dimensões variáveis, esmolar sem autorização, fingir saberem feitiçarias, falar geringonça (que o mesmo é dizer o caló, dialecto por eles falado na Península Ibérica até aos nossos dias), vestir trajes de Ciganos, as mulheres lerem a sina e fazer pequenos furtos. Tudo de acordo com a sua própria cultura e sem que se possam assinalar crimes graves, em particular, o homicídio era raro. As autoridades pretendiam igualá-los à restante população, tentando impedir, ou proibindo-lhes mesmo, a prática dos seus hábitos e modos de vida.” (CARDOSO 2001: 22)

Assim sendo, as leis portuguesas condenavam os ciganos pela sua forma de vida, estabelecendo leis como uma “intimidação” a igualarem o estilo de vida do país onde vivem. Pode contudo dizer-se que, a partir da segunda metade do século XVII, se nota alguma aceitação quando se trata de ciganos nascidos em Portugal (REIS 2002: 10), mas sempre com a obrigatoriedade de nivelarem pelos hábitos da população maioritária.

Em 1893 Adolfo Coelho afirmava que o estudo antropológico e etnográfico dos ciganos oferecia grandes dificuldades em consequência do carácter desconfiado e supersticioso dessa gente.¹⁴ O autor salienta a boa capacidade de orientação cigana, afirmando que estes percorriam os terrenos “...sob o pretexto de caça para saberem onde poderão ir roubar.” (COELHO 1995 (1893): 178) e comenta também que os

¹³Quadras em Etnografia Portuguesa de Leite de Vasconcelos, pp. 416-417: (COSTA 1996: 35)

«Sou Cigano do Egipto

O meu intento é roubar:

Esses seus olhos menina,

Comigo querem falar.»

(Tras-os-Montes, 1932)

¹⁴L. de Vasconcelos acha-os muito altos, alguns até agigantados. (COELHO 1995 (1893): 163)

ciganos de Portugal não se distinguem por nenhuma particularidade importante dos *gitanos* de Espanha, abstraindo-se das diferenças resultantes de influências locais. Neste ponto, vale a pena recorrermos ao que explicitou Ruy Llera Blanes em 2008, na sua tese sobre ciganos evangélicos:

Com Coelho e Vasconcellos (1982) surge um racismo literal, científico - isto é, de diferenciação fenotípica e classificação de pessoas e colectivos a partir do seu aspecto físico – e um racismo civilizacional ideológico – de situação de pessoas e grupos num projecto de humanidade. Todavia este tipo de racismo correspondia a um exercício usual nos projectos antropológicos (num sentido lato) da intelectualidade romântica portuguesa que, pela primeira vez, trazia para a academia os estudos do folclore e da cultura popular no contexto das pesquisas sobre a “identidade nacional” sem, contudo abandonar a tradição classificatória da antropologia física.” (Blanes 2008: 47)

“... se para os ciganos português, os ciganos espanhóis eram mais «avançados», «desenvolvidos», estes frequentemente consideravam os portugueses mais «atrasados» e até certo ponto mais «autênticos» - um discurso evolucionista e civilizacional que também incorporava lógicas de discriminação rracica” (Blanes 2008: 52)

Como sempre, é necessário fazer uma avaliação à luz das teorias e práticas da época, no entanto, a visão “etnocentrista” manteve-se, levando à implementação de leis contra a permanência de ciganos em território nacional. A longa história de perseguições contribuiu para a acentuação do nomadismo (REIS 2002: 11), criação de regras de defesa interna, cristalização de regras e leis próprias para suporte do grupo. Por exemplo, até ao final do século XIX, as notícias sobre ciganos em Portugal respondem quase exclusivamente a documentação oficial e noticiosa que processa queixas de «populares» contra ciganos e as suas actividades - e consequentemente ofícios (ordens, decretos, diplomas) reais, (BLANES 2008: 46) ordenando a sua expulsão, prisão ou castigo (Coelho 1995 (1893): Costa 1995; Nunes 1980).

Há que salientar igualmente que as significativas alterações ocorridas na sociedade portuguesa a partir da década de 60 acabariam por ser também um motor de mudanças na vida do próprio cigano, nomeadamente a atracção pela grande cidade. As dificuldades económicas no entanto, levaram-no a buscar casas modestas, engrossando na sua grande maioria, os bairros limiformes onde proliferam barracas (REIS 2002: 12). Apesar de ter havido um grande número de famílias a beneficiar dos planos de realojamento implementados pelas respectivas camaras municipais, não é menos

verdade que quase todas sofreram numa longa permanência em barracas, com tudo o que essa situação acarreta de falta de condições e insegurança.

Segundo a revista *Flama*, em 1970 90% dos ciganos portugueses não sabiam ler nem escrever e muito menos estavam registados. (FLAMA n1169 1970: 13) neste artigo a moral cigana é considerada elevada, resumindo-se em três partes: amam-se as crianças, respeitam-se os velhos e veneram-se os mortos. No que respeita às crianças, estas mantêm-se perto da mãe e é normalmente a ela que se dirigem para pedir comida e dinheiro. Em troca a mãe pede-lhes favores para os fazer compreender a necessidade de estarem disponíveis para ajudar. (in RK n° 31 1993: 62) Relativamente à morte, segundo Fernandes (2002) é um assunto considerado tabu, sendo uma das suas práticas tradicionais queimar as caravanas do defunto bem como todos os seus bens e até o seu cavalo preferido (FERNANDES 2002: 78), baseados na crença de que o seu espírito vivia sobre as coisas que ele usou.

A actividade económica dos ciganos portugueses não difere da dos restantes ciganos europeus, sendo principalmente a venda ambulante, o comércio de vestuário e calçado, realizado em feiras e mercados. (OLHO VIVO 2004: 24) O negócio de venda de animais, com as transformações na agricultura, decresceu bastante, assim como o trabalho sazonal.

Nos aspectos culturais, os ciganos da Península Ibérica falavam *Caló* ou *Calé* um dialecto considerado como uma derivação do *Romani*, todavia este dialecto foi-se, aos poucos, degradando, diminuindo o numero dos seus falantes, (MASCARENHAS 1999: 9) sendo hoje, uma minoria. Só recentemente é que o povo cigano começou a ser pensado enquanto povo de diáspora, partilhando, até certo ponto, algumas categorias, como a consciência de um passado comum de mobilidade, a noção de uma diferença *insalvável* ou uma mitologia de origem (BLANES 2008: 44).

Actualmente, segundo a União Romani, organização internacional dos Ciganos, estima-se que em Portugal, os ciganos sejam entre 30 a 50 mil, o correspondente a 0,4% da população nacional (FAÍSCA 2006: 9). Muitos ainda vivem em condições extremamente difíceis e/ou em situação de grande carência. Há no entanto políticas de integração social desenvolvidas pelo Estado português em parceria com as Câmaras Municipais. Um bom exemplo disto é o projecto de mediadores municipais ciganos (que será falado mais à frente) que, sendo estes sempre que possível ciganos (CARDOSO 2001: 221), pode permitir o diálogo intercultural entre as comunidades ciganas e as autarquias. Este diálogo tem permitido uma melhoria no acesso à educação e à saúde,

como por exemplo, campanhas de vacinação ao domicílio (ERRC 2007: 70), todavia esta melhoria é pouco significativa.

4. Os Direitos Humanos e a etnia cigana

Nenhuma forma de vida é objectivamente melhor. A vida não pode ser definida independentemente do carácter dos indivíduos envolvidos, as práticas e normas morais não podem ser dissociadas do modo de vida e julgadas de forma abstracta. A cultura não existe por si só (PAREKH 1999: 133), portanto, não é de esperar que uma comunidade, tal como a cigana, viva segundo o ponto de vista da sociedade maioritária, ignorando as suas diferenças culturais e segundo normas que muitas vezes não percebe e não têm a ver com a sua forma de vida, ou seja:

“Para compreender um indivíduo pertencente a uma cultura que não a sua, o observador deve ter em conta as diferenças entre o contexto desse indivíduo e o seu. Aqui o relativismo [positivo] contribui para descartar o sociocentrismo e favorece o respeito pelo outro” (BOUDON 2009: 53)

Justamente para favorecer o respeito pelo outro, foi criada a Convenção sobre a Discriminação Racial em 1969. Neste contexto, os defensores do relativismo cultural argumentam que a teoria cria uma defesa legal para o dever geral incumbido aos governos de observação dos direitos humanos internacionais (TESÓN 1992: 44), ou seja, os Direitos Humanos ficam em segundo plano quando em contrariedade com as leis do Estado.

A partir do momento em que estes indivíduos se encontram em Portugal (mesmo não tendo nascido neste país), fazendo o país parte dos membros contratantes da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, “...beneficiam da protecção da convenção, sejam nacionais, estrangeiros ou apátridas e residam ou não no território desse mesmo Estado” (BARRETO 1999: 66).

As comunidades ciganas, espalhadas “por todo o território, constituem a única minoria étnica (não em sentido jurídico) que se assume como tal e simultaneamente, como Portuguesa.” (p. António Vaz Pinto in FONSECA 2005: 5). Aspectos como os comportamentos que envolvem o relacionamento de homens e mulheres, o respeito pelos mais velhos, a dedicação às crianças ou o luto e veneração dos seus mortos (Casa-

Nova 2002) correspondem às suas características enquanto grupo étnico e segundo o Artigo 8º d'A Convenção têm direito ao respeito pela sua vida privada (BARRETO 1999: 181). Segundo este ponto de vista pode ser considerada uma violação do direito ao tentar integrá-los segundo as normas da restante sociedade. Todavia, Manuel Costa afirma que:

“... de acordo com Wieviorka 81993), alguns autores preconizam um reconhecimento massivo do direito à diferença, uma sociedade pluricultural, uma formula algo semelhante à da experiencia americana, e outros, pelo contrario, resistem ao diferencialismo em nome de valores universais, do direito natural ou de princípios republicanos. Outros enfim defendem que a diferença étnica seja reconhecida e valorizada, mas dentro de limites que de facto a subordinam a princípios universalistas, o que representa um caminho estreito e sinuoso, que requer, uma vez enunciadas as suas orientações, uma grande flexibilidade pratica.” (COSTA 2006: 42)

Devemos ter em atenção o que foi referido acima quando referimos, por exemplo, que segundo os costumes ciganos, é dado um grande incentivo à criança para a observação e exploração do mundo que a rodeia, (LIÉGEOIS 1985: 64) para a tornar independente e ajudar a família em termos económicos. Com tal não se pretende afirmar que as crianças não devam frequentar a escola dando primazia aos costumes da sua família, mas sim que esses costumes devem ser tidos em conta na sua permanência escolar. Os mediadores culturais podem ter um papel crucial neste assunto em ambas as partes interessadas. Por um lado com os professores, para os alertar da diferença e por outro com os pais, indicando a importância escolar no futuro dos seus filhos, nomeadamente na ajuda contra futuras discriminações. É óbvio que devemos ter em conta quando a esfera privada viola direitos universais. Por exemplo nos casos de “casamentos arranjados” Mendes (2005) fornece-nos alguns exemplos quer de mulheres ciganas que referem ser o correcto, assim como outras que desejavam por escolher o próprio marido. Esta ambiguidade revela-se também no abandono escolar e/ou em casos de violência doméstica. Sabendo que as mudanças culturais não se processam rapidamente torna-se importante estabelecer meios de diálogo para tentar minimizar as violações de direitos universais sem entrar demasiado na esfera privada e sem impor “formas” de viver. Muitas autarquias Portuguesas alojam as famílias ciganas em bairros sociais situados nas periferias das cidades, (BASTOS 2007: 136) com dificuldades, muitas vezes, de acessos a serviços públicos fazendo com que essas pessoas se sintam

excluídas. Não são apenas ciganos que vivem nestes bairros, mas o nível de criminalidade tendencialmente alto nestes locais torna-os mais uma vez, em bodes expiatórios, levando à insegurança e desconfiança de coabitação por parte dos não ciganos.

Todavia, é importante referir que o objectivo de fazer cumprir os Direitos do Homem pressupõe que as pessoas sejam vistas de uma forma igual e que não haja discriminação no seu acesso a qualquer tipo de serviços. Porém a igualdade de direitos pressupõe um respeito pela forma de vida e crenças das pessoas, o que por sua vez implica o conhecimento dos mesmos.

A União Romani Portuguesa destaca no seu *site*¹⁵ oficial que segundo o:

“Protocolo nº 12 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais Adotado em Roma em 4 de novembro de 2000

1. O gozo de todo e qualquer direito previsto na lei deve ser garantido sem discriminação alguma em razão, nomeadamente, do sexo, raça, cor, língua, religião, convicções políticas ou outras, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento ou outra situação.

2. Ninguém pode ser objeto de discriminação por parte de qualquer autoridade pública com base nomeadamente nas razões enunciadas no número 1 do presente artigo.

Na Constituição da República Portuguesa está bem claro, no artigo 3º, aquilo que deveria impedir a discriminação dos Portugueses Ciganos, o que mostra que o não cumprimento da Constituição está associado a RACISMO DE ESTADO, COM APARTHEID INFORMAL (exclusão, marginalização habitacional, recusa de acesso ao emprego, nomeadamente na função pública e nas forças armadas e militares, rebaixamento da qualidade de vida, prejuízo grave da esperança de vida, etc., facilmente quantificável; não se trata de 'decisões' mas de práticas institucionais de discriminação étnica).

Como é afirmado, o Protocolo 12 não impede a discriminação positiva, quando justificada.”

A cultura não existe por si só (PAREKH 1999: 133), “Para compreender um indivíduo pertencente a uma cultura que não a sua, o observador deve ter em conta as diferenças entre o contexto desse indivíduo e o seu. Aqui o relativismo [positivo]

¹⁵ <https://www.facebook.com/uniaoromani.portuguesa> (consultado em 05/03/2014)

contribui para descartar o sociocentrismo e favorece o respeito pelo outro¹⁶” (BOUDON 2009: 53). Justamente para favorecer o respeito pelo outro, foi criada a Convenção sobre a Discriminação Racial em 1969. Esta, não só condena a discriminação racial, como os Estados que dela fazem parte, se comprometem a adoptar, por todos os meios apropriados, uma política de eliminação deste tipo de discriminação em todas as suas formas (GREENBERG 1992: 107). Neste contexto, os defensores do relativismo cultural argumentam que a teoria cria uma defesa legal para o dever geral incumbido aos governos de observação dos direitos humanos internacionais (TESÓN 1992: 44).

5. Etnicidade, racismo e diferença

5.1. Os ciganos como grupos étnicos e não como uma raça

Segundo Will Guy (2006: 105) os Rom são o maior grupo étnico sem uma nação própria ou uma pátria distinta. Após as revoluções de 1989 (ocorridas na Europa Central e Oriental, levando à queda do modelo soviético dos Estados comunistas) os Rom ganharam uma representação política limitada em alguns países da UE, apesar destas iniciativas iniciais não terem durado. Os governos sucessores reconheceram os Rom como minorias étnicas ou nacionais com o direito às suas actividades culturais próprias. Por outro lado, segundo Temine (citado in COSTA 2006: 85) não é lícito considerar as minorias étnicas quando os indivíduos visam uma diluição perfeita na sociedade maioritária. No entanto, só o exame de cada grupo étnico pode permitir estabelecer quais os critérios de identificação mais válidos em cada caso: língua, território, etc (COSTA: 46), pois raras são as etnias homogêneas a não ser que tenham estado muito tempo em isolamento ou à margem de misturas populacionais. Portanto, para atender ao ponto de vista de Temine teríamos não só que restringir o conceito de etnia a um número muito selecto de grupos, como também que ignorar todos os fenómenos de hibridismo e aculturação. Fátima Pinto recorda que há dificuldade na

¹⁶ “On one hand, a certain dose of relativism may serve as an antidote to the hubris of universalism... if relativism and contextualism are absolutised, this attractiveness to Others turns in its opposite, and any change of perspective is rejected on the ground that it is quite simply impossible.” (BECK 2006: 159)

definição de etnia pois são “realidades dinâmicas que se vão modificando” (CORTEZÃO 1995: 37)

Segundo Saul Silva (2002) os elementos associados a uma identidade étnica são: “...um nome ou designação própria para identificar e expressar a essência da comunidade, mitos de origem comum; memórias históricas compartilhadas: um ou mais elementos de cultura partilhados, como sejam a religião, os costumes ou a língua; uma ligação com um local de origem como conotação simbólica a uma terra mãe ancestral e um sentido de solidariedade entre, pelo menos, alguns dos seus elementos.” Assim sendo, os ciganos obedecem apenas a alguns destes elementos. Daniel Lopes (2008: 181), por exemplo, não concorda com “identidade étnica” para traduzir as variações a que as comunidades ciganas estão sujeitas. Prefere “persuasão ou modulação étnica”. Ainda neste sentido, Rogério Amaro afirma ainda que:

“A multiplicidade de vivências e manifestações leva-me a desconfiar das generalizações e das conclusões apressadas. Há tantas variedades de ciganos (embora com alguns pontos de semelhança), como de regiões onde se situam, o que só ilustra o seu enraizamento territorial (mesmo numa lógica de nomadismo) e a sua capacidade de adaptação a cada meio, pese embora as suas couraças de defesa e afirmação” (COSTA 2006: 13)

O que define uma cultura não é a presença ou a ausência deste ou daquele traço ou complexo de traços culturais, assim como não são os próprios indivíduos que são racistas mas sim a organização da sociedade que promove certos elementos e características em detrimento de outros. (SILVA 2002: 11) Lévi-Strauss (1973: 11) diz ainda que “...duas culturas elaboradas por homens pertencentes à mesma raça podem diferir tanto ou mais, que duas culturas provenientes de grupos racialmente afastados.”, ou seja a raça por si só não justifica a elaboração de culturas. Todavia o próprio conceito de “raça” tornou-se subjectivo. De acordo com Costa (2006: 34) as raças humanas biologicamente distintas não existem, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos ao defender que nenhuma pessoa pode ser discriminada a partir da “raça”, contribui, ainda que indirectamente, para a sua difusão.

Portanto, se denominar os ciganos como uma “raça” não é o termo correcto e se se torna difícil encaixar todas as comunidades na definição de “etnia”, poderíamos concordar com Costa (2006: 83) afirmando que o argumento que justifica a marginalização é a diferença.

De acordo com Pierucci (1990: 11 citado em CASA-NOVA 2002: 27), a ideia de que “os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e portanto não podem ser tratados como iguais” foi apregoada pela direita nos finais do século XVIII, com o objectivo de justificar hierarquizações e reclamar a segregação, explicando e legitimando assim as desigualdades sociais existentes. A esquerda acabou por se apropriar da noção de diferença para proclamar o direito a essa diferença, mas numa base de igualdade de direitos e de escolhas.” O termo “diferença” é usado para disfarçar uma ideologia de assimilação (CASA-NOVA 2002: 34).

5.2. Alteridade, “nós” e os “outros”

A questão de alteridade começou a ser mais discutida após a “descoberta” do continente americano. É a afirmação de supremacia que nos leva à questão de “alteridade”, ou seja a forma como se vê e a importância que se dá ao “outro” indígena, a partir da perspectiva do “eu” europeu. A cultura europeia era melhor, superior e civilizada, segundo esta perspectiva é óbvio que os conquistadores tinham em mente a civilização dos índios a quem consideravam “selvagens”. Acontece que a sua visão tinha sempre como base aquilo que conheciam, formando a ideia que os índios não eram civilizados, quando na verdade eram apenas diferentes.

Se no passado o objectivo era civilizar o “outro” agora poderá dizer-se que este deve permanecer tal como a imagem que dele se idealizou, todavia, o sentimento de separação entre “eu” e o “outro”, continua presente. O mesmo acontece entre as comunidades ciganas e a comunidade maioritária. Por um lado querendo que o “outro”, cigano, adopte o estilo de vida da comunidade maioritária, porque ela é superior na visão dos “nós” e portanto, melhor. Por outro lado, o “outro” deve-se manter tal como sempre foi.

Para António Fernandes, somente as sociedades modernas, possuidoras de valores universais, permitem a presença da alteridade e da estranheza culturais e religiosas, sem reacções de grande agressividade. (MENDES 2012: 11). Para Lord Acton (COSTA 2006: 71) a diversidade nacional seria um primeiro limite contra o poder excessivo do estado, equilibrando os interesses e fazendo os indivíduos beneficiarem da presença de uma opinião mista. Lévi-Strauss (2012: 60) já em 1952 perguntava “... o que é essa “civilização mundial” suposta beneficiária de todos” os contributos de civilizações?”

A construção europeia, pelas suas características únicas, introduz novas perspectivas à noção de cidadania. A estruturação que lhe foi dada, já desde o Tratado de Roma, implicou uma submissão de certos aspectos, cada vez mais alargados e aprofundados, da autonomia nacional para uma comunidade que, em elementos significativos, é uma comunidade de *Outros*. (SILVA 2002: 69) Ou seja, “o Estado já não pode ser, com efeito, aquele sistema fechado com o qual se identifica uma única nação.” (Stéphane Pierré-Caps *in* SILVA 2002: 70). Um dos desafios actuais consiste, segundo Casa-Nova (2009: 209) em pensar a diferença a partir da própria diferença sem que isso implique uma inferiorização ou uma dominação do “Outro” pois de acordo com Boisvert (MENDES 2012: 53) a diferença face ao “Outro” funda-se naquilo que é considerado como diferença essencial em relação ao “Nós”.

Parte II: Estudo de caso

5. Os ciganos em Coimbra

5.1. “Portugueses”, “Espanhóis” e “Chabotos”

No caso de Coimbra, Bruno Gonçalves (Cardoso 2001) afirma que existem 60 a 65 famílias ou casais ciganos, vivendo na sua grande maioria em habitações sociais (Bairro do Ingote e da Rosa principalmente) e que o nível da sua inclusão ou assimilação na sociedade difere consoante os casos. A comunidade cigana dos campos do Bolão, tratada por ciganos de outras comunidades como *espanhóis*, é patriarcal e tinha uma estrutura social interna muito isolada, onde se praticava o casamento precoce por exemplo, contudo têm havido uma abertura à acção de entidades não-governamentais e locais. Os elementos desta comunidade sustentam-se sobretudo devido à venda ambulante, à leitura da sina e à mendicidade. Por outro lado, a comunidade do laranjal é matriarcal e os seus elementos são denominados por outros ciganos de *chabotos*. As mulheres desta comunidade dedicam-se à mendicidade e os homens ao trabalho com vime. Presentemente, algumas coisas mantem-se:

“Continua a haver três grupos ciganos na cidade Coimbra. Os que nós chamamos “portugueses” (não quer dizer que os outros não sejam), os que chamamos “espanhóis” porque continuam a falar fluentemente o espanhol, são estes alguns que vivem aqui [no CEH] e os “chabotos” (alguns também vivem aqui) que quer dizer “ciganos das barracas”. A relação entre estes três grupos continua a ser muito fria e muitas das vezes acusam-se uns aos outros da pureza de quem é ou não cigano. É claro que os ciganos “portugueses” que vivem nos bairros sociais estão num estado de inclusão um pouco mais alto. E já temos depois de doze anos, meninos que já terminaram o 9º ano, alguns muito próximos de entrar na faculdade... enquanto nestas comunidades, sobretudo nos Monteiros, que vivem aqui, o estado de inclusão deles é ainda um pouco precoce segundo os níveis que a sociedade maioritária avalia. Os “chabotos”, podemos dizer que é o grupo que mais facilmente se trabalha. São famílias muito receptivas a qualquer entidade. As coisas mudaram muito, a nível de saúde, habitacional... os que têm casa estão alojados na malha urbana da cidade... uma serie de coisas que tem acontecido que hoje podemos dizer que a “aproximação” destes três grupos, em relação há 12 anos atrás, é completamente diferente, para melhor.” (mediador cigano da CMP)

Por outro lado, o mediador afirma ainda que os “chabotos” não são uma comunidade matriarcal “... no passado pensámos erradamente que o era. Havia uma senhora que era no fundo, a porta-voz da comunidade, mas ela não tinha qualquer autoridade sobre o resto da comunidade.”

5.2. A Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra (ASRCC)

O associativismo cigano tem vindo a revelar-se importante na promoção social e cultural cigana:

“Nós [ASRCC] fomos praticamente pioneiros, hoje em dia já há varias associações, há uma que está a fazer um óptimo trabalho, que é da Olga Mariano no Seixal (...) a mim o que me interessa é que as pessoas estejam bem, ajuda-las, principalmente a que sejam compreendidas, que é a grande dificuldade. Há sempre uma barreira invisível, parecendo que não há sempre aquele rótulo “cigano”, está sempre fechado, parece que tem uma parede (...) Só não dizem abertamente porque não querem parecer xenófobos, porque parece mal. Eles são. Se eles pudessem ou não parecesse mal minha Nossa Senhora, era 90 ou 98%.”

- O associativismo permite a uma minoria étnica, como é o caso da cigana, uma maior ou menor inserção na comunidade maioritária?

Ajuda, para eles saberem onde se vão-de dirigir, saberem que há alguém que os representa e que tem voz perante a comunidade. Vêm as pessoas que participam na associação como um ponto de referência. Verem o que alguns elementos da associação alcançaram a nível pessoal, não é só a nível monetário que importa, se fosse eu não estava cá...” (presidente da ASRCC)

A associação cigana de Coimbra, existente desde 1999, nasceu devido a ideias activistas:

“Eu, o B. e o M. sempre tivemos uma personalidade forte e umas ideias, diferentes, mas direccionadas ao mesmo... Começamos por uma festa e por um clube de futebol com o apoio de pessoas que a gente conhecia. Na altura queríamos fazer o que está a acontecer agora, mas não tínhamos como expor... apareceu o Manuel Costa, o Vasco entre outras pessoas que nos deram o impulso para a gente fazer... o *principiozinho* daquilo tudo foi muito enriquecedor, ver uma coisa pequenina e começar a trabalhar e ter os estatutos e isto e ter aquilo (...) foi assim o princípio e chegamos até hoje com altos e baixos e agora somos uma IPSS.” (presidente da ASRCC)

“Houve a necessidade de ciganos e não ciganos de despertarem para os acontecimentos no bairro social sobretudo na área da educação onde tínhamos dificuldades. Eu fui o primeiro presidente da associação. Então criamos um projecto, o “Ponte sem Margens”, foi a partir daí que se dá início ao trabalho da associação e depois daí surgiram outras coisas... espalhámos vários mediadores pelo concelho e por outros distritos também e hoje podemos dizer que a associação faz com que Coimbra tenha dos melhores activistas ciganos do país, dos melhores mediadores do país, com formação a nível internacional e com provas dadas. Acho que a associação contribuiu para que hoje as comunidades ciganas estejam um pouco mais na vanguarda do que noutras cidades e eu acho que isso é tudo fruto do trabalho da associação que criou, formou e deu espaço para que surgissem outras pessoas.... Sou mediador porque me proporcionaram formação através da associação. [Entretanto], abracei outros projectos... Centro de Estudos Ciganos, que também nasceu a partir da associação. É um centro de investigação, está sediado em Coimbra, não temos sede actualmente, mas onde temos alguns estudos, foram editados livros, o meu livro *História do cigano Chico*, temos participações a nível internacional...” (mediador cigano da CMC)

A Associação, quis salientar o presidente, é uma associação mista, não é só de ciganos. Isso tem-se revelado importante pois permite uma divulgação da cultura cigana não só para os membros dessa comunidade mas também para os da comunidade maioritária que participam nos ateliers, podendo assim ir desconstruindo alguns preconceitos motivados pela ignorância. A comunidade cigana no Bairro do Ingote (onde se localiza a associação) é de apenas 20%, “nos prédios que há aqui temos 15 a 20 famílias. Se juntares dois prédios de quatro andares, dava para enche-los todos, mas a ideia que fica é que é o “bairro dos ciganos” (presidente da ASRCC).

Relativamente às actividades dinamizadas pela associação, segundo Luís Simões (2006) a associação dinamizava atelieres de música e dança cigana, um *workshop* de criação de caixas flamencas “cajones” e organizava ainda uma noite cigana.¹⁷

. Questionado sobre a respectiva manutenção das actividades, o presidente afirmou:

¹⁷ Segundo o mediador cigano da CMC: “A associação desde 1999 foi fazendo várias coisas, por exemplo fez a “grande noite cigana” no Parque Verde onde entraram 500 pessoas, com música e espaços para ciganos e não ciganos...”

- *Este ano também se vai realizar?*

“Não. Lá está, faltam-nos as verbas... a própria Camara apoiou muito nessa altura, mas agora deixou de apoiar completamente, mesmo o nosso plano anual, deixou de apoiar, não percebemos porquê...”

“nós não temos dinheiro... na altura fez-se com quê? Os próprios meninos traziam o dinheiro para a madeira e tínhamos uma pessoa que se despôs a ajudar para fazer as caixas, que dava as aulas e fazia coreografias. Era tudo de graça. Nunca nada foi preciso pagar para fazer nesta Associação... Contactamos com o Conservatório para virem cá dar umas aulas de música... Temos que ir passo a passo porque não temos dinheiro, se eles poderem dar uma hora ou duas de quinze em quinze dias, a gente agradece imenso. Mas com dinheiro não podemos pagar, é o que pomos logo à frente... Além disso tudo que já havia é a alfabetização, é o acompanhamento das crianças para os trabalhos a português, inglês e mais outras. Tudo isso com espaço, com timing, por exemplo, vou às escolas para ver como estão as crianças aqui da zona, para eles poderem vir.” (presidente da ASRCC)

Apesar de tudo isto, as técnicas da Câmara Municipal que trabalham com as Comunidades Ciganas, afirmaram não saber do trabalho dinamizado pela associação:

“Sei pouquinho.” (Animadora sociocultural da CMC)

“Existiu [cooperação entre a CMP e a ASRCC], a associação é que tem estado inoperante e sem dinamização, pelo menos que eu tenha conhecimento.” (Assistente Social da CMC)

Por outro lado, o mediador cigano da Câmara¹⁸ referiu algo diferente:

“A associação actualmente ocupa um espaço cedido pela Camara. Desde 1999 tornou-se uma IPSS. Hoje a associação trabalha a nível de formação regular, também na divulgação da cultura cigana. Tem passado por dificuldades financeiras e muitas vezes vive ofuscada pelo trabalho de outras entidades que a própria camara promove e patrocina. Isso faz com que a associação hoje trabalhe e tente trabalhar na formação de ciganos e não ciganos. A associação trabalha para todos, é uma IPSS, mas posso dizer que é talvez a segunda melhor associação do país apesar das dificuldades que tem. Tem tentado divulgar a cultura cigana, temos um professor lá destacado há catorze anos. Podíamos ser muito mais apoiados, por vezes somos ignorados. Os interesses da associação chocam com interesses da Câmara, o que faz da associação uma entidade não tão respeitada como deveria ser.” (Mediador cigano da CMP)

O facto de o mediador cigano ter feito parte da formação da associação, ter sido o seu primeiro presidente e continuar a trabalhar com ela como consultor contribui, certamente para uma opinião tão diferente. Provavelmente é devido ao choque de interesses entre a CMP e a ASRCC que a dita colaboração se torna difícil...

¹⁸ O mediador deixou de trabalhar com a CMC três meses após esta entrevista. Actualmente não há ninguém cigano a fazer a mediação entre a CMC e os ciganos do CEH e arrendatários do município.

“... Não estamos de relações cortadas, já nos demos melhor e já nos demos pior. Eu estou aqui se eles precisarem e que eles estejam aqui se eu precisar é só o que eu peço. A relação existe quando eles precisam de nós ou nós precisamos deles. Se precisarmos de alguma coisa podemos ir lá, mas não é um apoio constante. Houve. Aquilo que começou por ser o Parque Nómada [Centro de Estágio habitacional] ... Originalmente aquele espaço foi pensado por nós, pela associação, mais direccionado (não quer dizer que fosse só) para as pessoas de comunidades ciganas que vinham de fora ficarem quando tinham alguém no hospital, tipo de um albergue...”
(presidente da ASRCC)

6. Exclusão social cigana

De acordo com Fernanda Rodrigues (2003), a discussão acerca da exclusão social é recente. A expressão surge em finais dos anos 80, mas não muito diferente da noção de pobreza. A noção apresenta significados diferentes consoante as sociedades em análise, devido às “especificidades de carácter nacional, social ou cultural” (RODRIGUES 2003: 39) extrapolando o carácter económico (insuficiência ou ausência de rendimentos), pressupondo a existência de preconceitos e discriminações.

Desde o início do século XX, Sumner introduziu o conceito de “cooperação antagonista” entre pessoas de classes sociais diferentes e conceptualizou uma dinâmica social intergrupar, baseada na oposição entre o grupo próprio e os grupos exteriores:

“...Cada grupo alimenta a sua vaidade e orgulho próprios, faz alarde da sua superioridade exalta as suas divindades próprias e olha com desprezo para os que estão de fora. Cada grupo considera os seus costumes como os únicos justos e se verifica que os outros grupos têm outros costumes, escarnece deles.” (Sumner, 1906 in Bastos 2007: 10)

Neste caso em estudo é mais do que uma relação intergrupar, é também interétnica. Segundo Costa 2006 a procura de bodes expiatórios é frequente quando dois grupos étnicos com privações entram num estado de competitividade principalmente por motivos económicos. A comunidade cigana tem sido vista de uma forma discriminatória (pela negativa) por parte das sociedades dos países onde vivem. Vários autores descrevem situações discriminatórias (por exemplo Liègeois (1985) e (2001); Fonseca (2003) ou Auzias (1995)) mas o ciganólogo Angus Fraser (1998) conseguiu

fazer uma excelente revisão histórica alertando-nos que não devemos aceitar todas as referencias antigas que pareçam relacionadas com o seu estilo de vida e ainda que:

“...os preconceitos e a estrutura económica dos países por que passavam significavam que quem não era sedentário raras vezes tinha garantias de boas-vindas eternas: as corporações regulamentavam as artes e os ofícios, o comércio era também rigorosamente controlado, os camponeses não tinham o hábito de contratar mão-de-obra ocasional, por isso o que restava aos ciganos como sustento limitava-se a pequenos serviços, vendas e actividades de entretenimento.” (FRASER 1998: 83)

Partindo deste pressuposto tornava-se difícil para os ciganos conseguirem subsistir economicamente. A exclusão social referida (inserem-se neste conceito não os cidadãos que nada têm, mas sim os que estão à margem e são discriminados da e pela sociedade em que vivem (RODRIGUES 2003: 40) levou mais tarde a processos de inclusão social que segundo “...a perspectiva neoliberal, a responsabilidade pela saída da situação de exclusão é da responsabilidade dos indivíduos, noutra abordagem considera-se que há uma responsabilidade tripartida (Indivíduos, Sociedade e Estado) na garantia de condições de vida dignas” (Sposati, 1997a *in* Rodrigues 2003: 41). Neste sentido, os países europeus têm tentado implementar políticas de integração social das minorias étnicas, nomeadamente de comunidades ciganas, que passam por uma tentativa de melhoria do acesso aos serviços sociais, assim como benefícios na concessão de habitações sociais, políticas de saúde pública e acesso a pensões financiadas pelo Estado. Todavia, e apesar de estarem no Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social (PNAI), que foi aplicado na República Checa, em França e em Portugal, verificou-se que muitos elementos de comunidades ciganas não têm conhecimento deste plano (ERRC 2007: 13), principalmente devido à desconfiança que têm dos não ciganos, tendem a não se informar e a não cooperar. Por exemplo, neste relatório do ERRC é ainda referido que a relação entre ciganos e trabalhadores dos serviços sociais é problemática devido ao racismo e à discriminação, sendo no entanto mais alarmante o facto do governo da República Checa se referir às minorias étnicas como “cultura da pobreza” (2007: 15) revelando que não são tidos em causa os factores étnicos. Mais uma vez nos aproximamos da questão do “nós” e do “outro”.

6.1. Exclusão social cigana em Coimbra

Bastos (2007: 50) afirma que actualmente em Portugal os não ciganos “... continuam a trata-los como “ciganos” quando eles queriam ser tratados como “portugueses como quaisquer outros” e vice-versa quando eles gostavam que houvesse respeito pela lei cigana. Oscilando entre a *invisibilização* (porque são portugueses) e a acusação (porque dizem que se julgam culturalmente excepcionais e acham que os Estado português tem obrigações para com eles e mentem em vez de estudarem e trabalharem).” Esta forma de tratamento também se opera em Coimbra:

“É simples, basta logo: “cigano”, fechem as portas! Foi aquela parte que eu te disse, eu paro para ajudar e a pessoa ainda fica com o pé atrás. Isso já vem de trás, porque era assim: “vem lá o cigano com o saco” e foram crescendo assim... Repara nisto, as pessoas só depois de falarem comigo é que dizem “olha tu afinal tu até és um gajo porreiro... mas tu és diferente dos outros?” Não. Não deixam é ser os outros diferentes...

-Diga-me exemplos práticos de exclusão social, alguma coisa que tenha visto...

É simples, as querem entrar num bairro, por ser cigano, não! Chamam logo a força de intervenção... Supostamente entrarem dentro de um restaurante, eu vi pessoas já acontecer isso, dizerem que não há mesas e estarem dez mesas sem serem reservadas. As pessoas sentarem-se, pedirem um prato e dizerem que aquele prato já não há, tudo assim pronto, para quê? Para afastar. “ (presidente da ASRCC)

“... Acontece muitas vezes devido às políticas habitacionais, sobretudo quando... no passado da nossa sociedade, tentaram colocar os indesejados nas periferias e as periferias o que é que são senão os dejectos (pausa) da sociedade? Isto existe em Coimbra, claro, existe muito, o preconceito por vezes fala muito mais alto... e não estou a falar só de ciganos. Pessoas pobres, sobretudo as pessoas pobres, então eles tentam ter apenas um foco de problemas e o foco de problemas é na periferia! É nos bairros sociais. É aí se transforma de facto essa exclusão social que a sociedade conimbricense também perpetua e pactua, essa é que é a realidade (...) há necessidade de um sector da população da sociedade maioritária ter um chão para pisar. Este chão para pisar podem ser ciganos, podem ser emigrantes e podem ser os pobres! (...) Tem que haver a necessidade de um bode expiatório... (mediador cigano da CMC)

Portanto, segundo o mediador cigano e o presidente da ASRCC os ciganos são excluídos pela sociedade maioritária conimbricense de uma forma generalizada. Todavia a assistente social da CMC é de uma opinião ligeiramente diferente:

“Existe uma exclusão social recíproca. Temos que perguntar até que ponto as pessoas querem ser incluídas. (...) A História diz-nos que a persistência leva a situações que resultam... Isto é um processo é um caminho. Eu acho que se nós quisermos ser tratados como tal temos que fazer um esforço para nos igualarmos. Eu não posso viver à minha maneira numa sociedade que dita regras, eu quero ter direito ao RSI, mas a minha sociedade não permite que a minha mulher trabalhe. Como é que é? Então ficamos como?” (Assistente social da CMC)

Portanto, há que definir que quando falamos de exclusão social, esta se processa desde os acontecimentos quotidianos (com a recusa à entrada em locais públicos) às políticas de alojamento e de empregabilidade. O presidente ASRCC afirma que os ciganos se sentem: “Ignorados, enraivecidos, tristes... eles querem mostrar, querem ser e não os deixam. Isto é assim, chegas ao pé de mim e eu afasto-me. Vais-te afastando cada vez mais (...) Daí a afirmação da assistente social sobre exclusão mútua. No entanto, o presidente da associação diz ainda que “...Um cigano não se quer afastar. Como é a gente vivia se a nossa vida foi sempre de negócio? As pessoas querem números, parecemos gado. Não se importam com mais nada.”, por exemplo, “Existem instituições públicas no nosso país que tornam os ciganos invisíveis...”(mediador cigano da CMC). Bastos (2007: 80) refere-nos uma notícia, na qual a União Romani-União de Todos os ciganos Portugueses acusa o ACIME de impedir as associações ciganas de se candidatarem a realização do estudo sobre ciganos, acusando que segundo o ponto de vista do ACIME “a comunidade cigana serve para ser estudada e não auto-estudada”.

Ainda sobre a comunicação social, essa parece ser uma das grandes contribuidoras para a exclusão dos ciganos:

“Olhe para a comunicação social, no fundo eles dão a primeira imagem do que é a população em Portugal. A comunicação social trata imigrantes, comunidades ciganas de forma depreciativa. Então se eles tratam, eles inflamam a população, que não pode ser uma população tolerante (...) Tolerância é suportar e eu não quero que você me suporte (...) quero que você me respeite. Tolerância é como quem diz: “estão-me a ignorar!” Se eu te incomodar é uma coisa. Mas se eu não te incomodar, se não mexo com o teu percurso de vida... agora eu não quero que ninguém me tolere.” (mediador ciganos da CMC)

O discurso jornalístico é uma fonte de informação sobre a forma como a sociedade encara a diferença. Muitas notícias referentes aos ciganos dão conta de actividades ilícitas ou de acções policiais (FAISCA 2006: 82). Por outro lado, destacam

também a admiração pela sua música, dança e até pelo modo de vida. Vale a pena interrogarmo-nos se “tolerância” será então o melhor termo para definir as relações entre a comunidade maioritária e os desfavorecidos socialmente (onde se incluem as comunidades ciganas).

7. Integração social Cigana

Segundo Rodrigues (2003: 41) a inclusão social tem, tal como a exclusão, diferentes dimensões: a individual e a colectiva, a igualdade e a diferença... restringem a inclusão ao nível individual e ao mercado, uma vez que pressupõe que a sociedade, como um todo, os próprios indivíduos e o Estado desenvolvem acções que promovem o exercício da cidadania. Na perspectiva neoliberal a responsabilidade pela saída de exclusão é dos indivíduos. Ora Portugal como Estado-membro integrante da União Europeia está sujeito a compromissos, orientação e normalização (RODRIGUES 2003: 108), nomeadamente no campo das políticas sociais. O rendimento mínimo, por exemplo, insere-se numa estratégia europeia de combate à exclusão social, predominantemente associada ao fenómeno do desemprego estrutural. Embora o desemprego seja apenas um dos factores de exclusão social, para Mendes (2005: 13) os défices na inserção profissional estão na base dessa exclusão.

No que respeita à integração social de comunidades ciganas, e tendo em conta que estas têm sido vistas de uma forma discriminatória (pela negativa) por parte das sociedades dos países onde vivem, estes têm tentado sempre implementar processos de exclusão e/ou assimilação e mais recentemente de inclusão, como mostram alguns estudos publicados: Cardoso (2001); Cortesão (1995); Dias (2006); ERRC (2007); Fonseca (2005); Lopes (2008); Santos (2008) ou Silva (2005).

Os estados europeus, por exemplo, têm tentado implementar políticas de integração social de comunidades ciganas, que passam por uma tentativa de melhoria do acesso aos serviços sociais, assim como benefícios na concessão de habitações sociais, políticas de saúde pública e acesso a pensões financiadas pelo Estado. Todavia, e apesar de estarem no Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social (PNAI), que foi aplicado na República Checa, em França e em Portugal, verificou-se que muitos elementos de comunidades ciganas não têm conhecimento deste plano (ERRC 2007: 13). A renovação de políticas sociais em Portugal é, segundo Brandão (2009: 6) tardia,

limitada e pouco consistente, influenciada pela EU. O princípio fundador que regula a protecção social é a noção de activação, presente ainda nos dias de hoje. “Em 1985 foram criados Programas Ocupacionais (POCs) que garantiam aos trabalhadores desempregados a possibilidade de ter temporariamente uma ocupação socialmente útil. Estes programas visavam a reintegração social dos desempregados desmotivados e marginalizados através de uma ocupação, ficando obrigados a aceitar as ofertas de trabalho, sob risco de ficarem sem subsidio de desemprego” (SOUSA 2007 *in* BRANDÃO 2009: 6). Foi criado também o Plano Nacional de Acção para a Integração (PNAI) que promove a inserção social de pessoas segundo 3 critérios: acessibilidade aos recursos, vulnerabilidade à exclusão e grau de urgência.

Contudo, e por muito que Casa-Nova (2002: 41) afirme que a inclusão é o resultado de um processo horizontal de influências reciprocas entre todos os grupos sociais, todas estas medidas convergem para uma subordinação à cultura da sociedade maioritária. É necessário ter em conta que o património cultural cigano se tem vindo a transformar principalmente nos últimos 30 anos, parcialmente devido à imposição dos processos de realojamento de que o grupo foi alvo, portanto os “traços definidores” (MENDES 2005: 200) parecem estar a perder-se ou a mudar. Todavia a expressão “traços definidores” não parece a melhor definição, pois se nós que não somos ciganos, podemos imaginar laços entre “os ciganos” nos diferentes países da Europa... o que decorre do terreno é que eles não reconhecem nem desejam esses laços com segmentos distantes, (BASTOS 2007: 24) com quem se mostram defensivos (os “húngaros”, ou os Rom, por exemplo, que por vezes passam pelo país) e, de vez em quando contestam a identidade cigana a grupos que noutras regiões de Portugal são tomados como tal. Embora com idêntica economia, de região para região, (apesar de não se dividir os ciganos em tantos grupos como os Rom da europa central e de leste) as comunidades ciganas de Portugal tem uma “forte propensão para se demarcarem umas das outras, alegando, por exemplo vontade de “evoluir” (LOPES 2008: 181) e de abdicar de certas tradições. Há que referir que os processos de inclusão variam de país para país (há elites ciganas, tanto económicas como culturais, noutros países, nomeadamente em Espanha, muito mais do que em Portugal, (BASTOS 2007: 199) o que mostra que o processo identitário *ciganóforo*, foi mais duro em Portugal do que nesses países.

7.1. Inclusão Social Cigana em Coimbra

7.1.1. Como vêm os ciganos a sua integração social, de acordo com os técnicos que com eles trabalham

O mediador cigano da CMC afirma que, na sua opinião o termo “integração”, não será o mais correcto:

Não gosto de integração social. Não concordo com o termo. Pressupõe que os que estão na sociedade maioritária estão bem e que os que não estão bem têm que se mudar. Eu concordo com aproximação. É preciso lembrar que os ciganos estão cá há quinhentos anos. Não querendo entrar no discurso do coitadinho, quinhentos anos de omissões, perseguições, ignorâncias, ódios, muita coisa... nós somos cidadãos portugueses, desde 1922 temos o estatuto de cidadãos no papel. Eu não me quero integrar eu faço parte deste país. Mas integrar a minha cultura porque razão, se a minha cultura já cá está há quinhentos anos? Quero é aproximar-me e fazer com que a minha cultura, a minha identidade cultural, enriqueça a sociedade. (mediador cigano da CMC)

Esta “aproximação”, seria o ideal, pois os ciganos (de uma forma geral) não querem viver à margem:

“Qualquer família não gosta de viver nos bairros sociais, se tivesse oportunidade iam viver noutra sítio.

- E porque não querem viver nos bairros sociais?

Porque os bairros sociais estão conectados com quê? Marginalização, miséria... quem é que quer viver num bairro social? Achas que as próprias comunidades ciganas não gostam de ter o seu cantinho? Um ambiente salutar para criarem os seus filhos? Todas as pessoas aspiram por isso. É uma falsa questão das pessoas dizerem que os ciganos querem viver todos juntos. Alguns sim, claro. Mas nisso até a própria camara te pode responder. Muitos dos pedidos de habitação dizem “pode-me colocar noutra sítio?” (...) As próprias pessoas que vivem lá sentem isso... viver noutra sítio da cidade já não é viver à margem. Há outras famílias com quem podes conviver, aprender e vice-versa.” (mediador cigano da CMC)

A animadora sociocultural, que trabalha com comunidades ciganas há mais de 16 anos, concorda com esse ponto de vista, afirmando que os ciganos:

“Não preferem viver à parte de maneira nenhuma. Dos que eu conheço e com quem eu lido mais eles querem integrar-se e têm feito um esforço muito grande para isso. Isso nota-se em todo o dia a dia deles, na maneira como se vestem, na maneira como a mulher já está a ultrapassar aquelas barreiras todas, como nós mulheres antes também eramos para ser donas de casa e para tomar conta do marido e conseguimos dar a volta eu acho que a mulher cigana também está a conseguir dar esta volta. A maneira de vestir, a maneira de estar, a maneira como as crianças já frequentam a escola e como os pais já investem na educação dos filhos.” (Animadora Sociocultural da CMC)

Por outro lado, a educação dos filhos pode ser um ponto importante na dita “inclusão”:

“... A ida à escola traduziu-se num factor monetário. É obrigatório. Se não forem o RSI é cortado. Foi um mal necessário, a forma de umas famílias passarem a levar as crianças à escola. (...) Os agregados ciganos com quem trabalho, recebem essa ajuda de bom grado, é um direito deles. Mas eu também trabalho com agregados não ciganos e a interpretação que eles têm do RSI é completamente diferente. Para quem não fazia disto a sua forma de subsistência, é o patamar mais baixo da sua condição. Está no limiar da pobreza financeira e de uma auto-estima baixa porque não conseguem ter rendimentos. É humilhante. (...) Eles querem integrar-se, só que isto coloca-nos uma questão melindrosa, porque eles querem integrar-se na parte dos benefícios, mas não na das responsabilidades. Eu recebo um ordenado porque trabalho, eles recebem o RSI porquê? Eu entendo que há uma fase de compreensão, só que eles têm que acelerar esta fase de compreensão porque nós já andamos aqui nesta fase do Rendimento Mínimo Garantido há uma data de anos, daí passámos para o RSI, eles próprios têm que acelerar o processo de inclusão.” (Assistente Social da CMC).

Ora, estando habituados a viver da segurança social, também não podemos esperar que se consigam libertar dessa dependência facilmente. O presidente da ASRCC destaca:

“... E as pessoas têm uma mentalidade que pensão logo: “cigano!” Como somos uma minoria, só o cigano é que recebe e isso não é assim. Em 100% que recebe RSI só 60% é que são ciganos.” (presidente da ASRCC)

Para além disso, muitos deles são desempregados e com um nível de escolaridade muito baixo ou nulo (BRANDÃO 2009: 48). Assim, não depender do RSI e conseguir outra fonte de rendimento torna-se muito complicado, o que leva, inevitavelmente a uma situação de exclusão social ou de colocação nas margens do tecido social (CASA-NOVA, 2002: 55).

7.1.2. Políticas de Inclusão Cigana da Câmara Municipal de Coimbra

O Projecto Coimbra – Cidade de Todos (Santos 2008) tem como finalidade a criação de condições para a formação e a inserção profissional de homens e mulheres de cultura cigana residentes na cidade de Coimbra, combatendo assim o racismo e a xenofobia no mercado de trabalho. Este projecto teve início em Outubro de 2004, sendo financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL e tem vindo a complementar a intervenção realizada no CEH (originalmente conhecido como Parque de Nómadas).

Dentro deste contexto, Coimbra aderiu também ao projecto “Mediadores Municipais” para promover um diálogo intercultural entre a Câmara e as Comunidades Ciganas:

“É importante ser cigano para ser mediador. A Comunidade Europeia, sobretudo o Conselho da Europa fala num projecto ROMED (quer dizer mediadores ciganos) fala da importância de o mediador ser cigano. Dá confiança às próprias comunidades ciganas de entrar em espaços que não são hostis, não é? Isso facilita muito mais o diálogo e o encontro de espaços para que os dois lados possam encontrar soluções. Acho que é fundamental falarmos um pouco a mesma língua, haver muitas vezes cumplicidade, entre aspas, sermos neutros, não é? Mas no fundo é esse o nosso papel. (...) Também não somos activistas da comunidade, não andamos aqui a serviço da comunidade para reivindicar o que eles acham que nós devíamos reivindicar. Nós somos mediadores culturais neutros, que trabalhamos respeitando um código de ética e fazendo com que se aproximem... nós não queremos mudar atitudes nem comportamentos, nem os da Câmara nem o contrário. Não servimos para isso. (...) Nem quero estar a desvirtuar a própria identidade das comunidades. O que eu quero, é aquilo que lhe digo, é tentar que eles possam escolher! Eu não posso forçar, mas questiono-os. Por exemplo, na questão da educação, tenho que os questionar... O que é que vai ser feito dos filhos deles? Vão continuar a ser escravos da miséria e da pobreza se não houver formação académica? Eu questiono, isso é levá-los a serem cidadãos de direitos e deveres . (mediador cigano da CMC)

O mediador cigano apesar de trabalhar para a CMC, não recebeu formação nessa instituição. “Ele era mediador pela Câmara mas vinha pelo ACIDI. Só que deixou de haver verbas para o projecto “mediadores municipais” e teve que acabar.” (presidente da ASRCC).

O “Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana” pretende dar resposta à particular vulnerabilidade, pobreza e exclusão social de que são vítimas estas comunidades, actuando especificamente ao nível das carências habitacionais, das baixas competências pessoais, sociais e profissionais da população cigana, desemprego de

longa duração, fraco acesso aos serviços e baixos níveis de participação social, baixa taxa de escolarização e desvalorização da educação enquanto factor de inserção. (ROXO, 2010: 24). Neste seguimento, as políticas de integração praticadas pelas CMC passam, pelo alojamento e/ ou realojamento de agregados familiares que vivam em situações precárias. Os técnicos do Departamento de Habitação da CMC, fazem um levantamento:

“... de uma forma muito superficial, da nossa observação enquanto trabalhamos. Vemos se as famílias que nós acompanhamos directamente, se conseguem arranjar trabalho, porque há famílias que subsistem apenas do RSI, enquanto há outras que apesar de receberem o RSI de vez em quando vão conseguindo um contrato temporário de trabalho, uma formação onde têm uma bolsa de estudo... há famílias que se comportam de diferentes formas. (assistente social da CMC)

Para além do CEH (que abordaremos mais à frente), o acompanhamento de famílias é também feito no Centro Municipal de Acção Social (CMAS) que dá resposta à população que está nos Bairros do Ingote e da Rosa, onde há uma percentagem de 30% de pessoas ciganas e os outros 70% são não ciganos¹⁹ “... pessoas que vieram há muitos anos da aldeia e pediram habitação social, quando ainda era fácil obtê-la e foram permanecendo nas habitações. (assistente social da CMC)

“Ora estando dentro do departamento de habitação, a nossa primeira prioridade é a habitação. Portanto, uma vez os agregados tendo habitação, temos que avaliar as necessidades daquele agregado, para saber em que áreas nós precisamos ou teremos que intervir. Há inquilinos que não precisão quase da nossa ajuda porque estão inseridos na sociedade apenas por uma questão de... sorte ou não sorte, ficaram sem casa, perderam o seu emprego... e viram-se nas condições de ter que pedir uma habitação social. E depois há os outros em que a vivência era feita em tendas, em carrinhas, em partes de edificações e que pela primeira vez habitam uma casa. Essas pessoas, o ideal seria passar primeiro pelo Centro de Estágio Habitacional, para aprenderem certas competências...” (assistente social da CMC)

A assistente social afirma ainda, que é essencial para a inserção social dos ciganos “... terem uma casa fora daqui [CEH]”, mas para o presidente da ASRCC “... isso são números (...) é errado.” Sendo muito mais importante que as pessoas se sintam bem onde vivem “... nem que seja numa barraca.”

¹⁹ O presidente da ASRCC afirma que a diferença é 80% não ciganos para 20% ciganos nesses bairros.

7.1.2.1. O centro de Estágio Habitacional

Segundo Santos (2008), o “modelo de actuação com a população cigana” desenvolvido pela Câmara Municipal de Coimbra visava realojar as famílias ciganas que se encontrassem a viver em “barracas”. Assim, foi construído o Centro de Estágio Habitacional, nos Campos do Bolão para realojar provisoriamente os membros de comunidades ciganas, nomeadamente os *espanhóis*, que habitavam em “barracas” junto à estação de comboios Coimbra-B, que habitassem em condições precárias. De seguida procedeu à promoção de formações, assim como um realojamento definitivo na cidade em parceria com o projecto “Prohabita”.²⁰

O “Parque de Nómadas” (como era originalmente chamado) começou por ser uma ideia da ASRCC (como foi referido anteriormente). Um albergue para as famílias, que vinham de longe, de pessoas que estivessem internadas no Hospital, fossem ou não ciganas. Todavia, a CMC juntamente com a Associação Fernão Mendes Pinto, acabaram por ser responsáveis pela edificação do equipamento, que funciona como centro de estágio habitacional, único a nível nacional, e tem como objectivos a recepção em curta estadia de famílias com características culturais, étnicas e sociais únicas, que é o caso das famílias de etnia cigana, proporcionando condições de educação e formação de como se vive numa habitação, cuja meta final será a inserção dessas famílias em habitações no centro da cidade.

A 26 de Fevereiro de 2005, a agência Lusa noticiava a criação do “Parque de Nómadas”:

“A Camara Municipal de Coimbra escolheu uma experiencia francesa na área da habitação e emprego de nómadas para prepara o futuro” da comunidade cigana que normalmente reside no Concelho, disse hoje o vereador Jorge Gouveia Monteiro. A autarquia (...) vai em breve promover um acordo com a cidade de Flers, na Normandia, para aplicar em Coimbra sistemas que os franceses têm vindo a adoptar no domínio da integração social dos grupos nómadas, no âmbito do projecto “Kalodant”. Além daquele acordo de cooperação transnacional, um outro, envolvendo o município de Coimbra, uma cidade eslovena e a capital da Republica Checa, Praga, deverá ser igualmente formalizado...as autoridades e instituições locais têm desenvolvido nos últimos anos, com sucesso um “importante projecto cultural e educativo”, que inclui a realização de um festival anual.... Nos últimos seis meses, a Camara Municipal de Coimbra e outros parceiros institucionais cumpriram o período experimental do projecto “Coimbra, Cidade para Todos”, centrado em especial no Parque de Nómadas da cidade, criado há um ano e que

²⁰ Este projecto encontra-se sem funcionamento por falta de verbas.

alberga 35 residentes de etnia cigana. Este projecto, financiado pelo programa comunitário “Equal”, visa intervir nas áreas do emprego e da formação profissional. A iniciativa envolve ainda a Associação Mendes Pinto, a Associação Portuguesa de Paralisia cerebral, a direcção Regional de educação do centro (ensino recorrente), o Instituto do Emprego e Formação Profissional, O estabelecimento Prisional de Coimbra, a Segurança Social, os empresários locais, os serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra e a Associação Cigana de Coimbra. (BASTOS 2007: 80)

A notícia mostra um avanço relevante da atitude de uma Camara face à questão, sobretudo através da integração em redes europeias que procuram soluções nesta área, mas a “*essencialização* historicamente descontextualizada dos portugueses ciganos como “grupos nómadas”, uma situação há muito ultrapassada” (BASTOS 2007: 81), é preocupante... No entanto há pouquíssimos ciganos nómadas e a criação concentracionária de “parques nómadas”, nomeadamente em Beja, tem funcionado como uma forma subtil de *guetizar* famílias ciganas na periferia das cidades.

Segundo o *site* da CMC o Centro de Estágio Habitacional²¹ é composto por onze habitações e um centro de Acção Social. Tem como principais competências a prestação de apoio social aos residentes, tendo em vista a sua integração na sociedade e no mercado de trabalho. Os residentes têm sido sempre ciganos, mas o espaço não é exclusivo para estas comunidades:

“... este equipamento (CEH) não deveria ser só para ciganos, é um equipamento de todos nós, todos os contribuintes... estamos a falar de quê, de cidadão ou de ciganos? De cidadãos. O Estado Português não deve pensar só em ciganos mas em todos os pobres que estão à margem, por causa da sociedade maioritária. (mediador cigano da CMC)

“A construção do centro de Estágio Habitacional foi para alojar temporariamente a família Monteiro que estava ali na estação velha e depois, não sendo equipamento para a comunidade cigana, porque não é, é para agregados que necessitem de adquirir competências habitacionais. Aqui temos principalmente pessoas de etnia cigana, por causa destas questões porque são eles que normalmente vêm das barracas.” (assistente social da CMC)

Apesar de a ASRCC ser referida como parceira no projecto do CEH, a sua contribuição nunca foi muito significativa:

²¹ Apesar de no *site* estar referido como “Parque de Nómadas”, os técnicos chama-lhe Centro de Estágio Habitacional.

http://www.cmcoimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=154&Itemid=191 (consultado em 23/03/2013),

“... Porque no início estava lá a Fernão Mendes Pinto, que estava a ganhar dinheiro, por isso poucas intervenções a gente teve lá. Mas quando era necessário, claro, tínhamos que lá estar. Só quando eles se viam, desculpa expressão “apertados” é que nós tínhamos que lá ir, para fazer a ponte. Depois acabou a verba, fugiram todos. Agora está lá a Câmara...” (presidente da ASRCC)

Para um agregado ser provisoriamente realojado no CEH:

“Os técnicos fazem uma visita ao agregado, são classificados segundo critérios. Se corresponderem aos necessários para virem para aqui serão cá colocados mediante as nossas disponibilidades.

- Durante quanto tempo está prevista a estadia das pessoas neste local?

Depende das famílias. Neste momento não há avaliações porque não temos habitações fora daqui. Isso condiciona.” (assistente social da CMC)

“Quando vieram para aqui as primeiras famílias, foi ao abrigo de um programa, o “Prohabita” que contemplava o chamado subarrendamento. A Câmara alugava a particulares e depois subalugava a famílias que estivessem em condições para sair daqui para uma habitação na malha urbana. O “Prohabita” está sem financiamento e não sendo um projecto da Câmara, mas sim um projecto para o qual houve uma candidatura e vinham verbas para a Câmara... neste momento a única família que não foi realojada no âmbito do “Prohabita” foi o José Monteiro, o patriarca. Foi o único que veio para o Centro e nunca saiu. A única possibilidade de realojamento é nos nossos bairros sociais, nas casas que já são do município.” (assistente social da CMC)

Essas primeiras famílias saíram do CEH, ao abrigo do programa “Prohabita” antes de 2010, que foi quando a Associação Fernão Mendes Pinto deixou de ser responsável pelo espaço e passou a ser a Câmara. Há, no entanto, que salientar que quer o mediador quer a ASRCC não participam nesse processo de realojamento, ficando as comunidades subordinadas aos termos da CMC.

“... só os ciganos é que aceitam vir para aqui porque têm necessidade. Eles acham que é assim, mas há muita gente que tem necessidade e deveria passar por aqui e não passa. Ah... não concordo. Concordaria sim, se este equipamento tive uma ou duas famílias não ciganas, iria dar uma grande legitimidade a este equipamento. Iria mudar a própria visão da sociedade conimbricense, isto é um equipamento camarário... A selecção é feita pela equipa técnica, eu só trabalho com as pessoas que vêm para cá.” (mediador cigano da CMC)

Ou seja, mesmo que a Câmara sublinhe que o equipamento não é só para ciganos, apenas membros destas comunidades é que lá foram realojados.

Segundo o projecto inicial seriam dadas formações às famílias pois,

“... o estar dentro de uma casa não é o mesmo de estar numa barraca, assim como viver em propriedade horizontal, não é a mesma coisa que viver em propriedade vertical. Coisas tão básicas, como até o comum cidadão tem que ter as suas adaptações. As famílias aqui também passam por isso. Esta intervenção é feita aqui de forma diferente do que é feita nos Bairros, passa pela aprendizagem de como gerir a casa, da própria higiene da utilização da habitação, os banhos, a higiene corporal, a alimentação... este é um aprendizado que nós, na medida do que é possível, porque o ideal deveria ser haver formação activa, dentro da habitação, principalmente com o agregado e isso não está a acontecer. Também por falta de formação minha e se calhar de colegas meus, porque não há, nós temos capacidade de dar resposta nesse sentido, mas essa seria a situação ideal. Neste momento nós estamos apenas a dar resposta as situações que nos são colocadas, da própria habitação, das crianças na escola e tudo isso.” (assistente social da CMC)

O mediador cigano salienta que não sabe se essa formação está a ser dada. “... Eu nunca vi. Aqui é só alfabetização, ateliers de expressão plástica, apoio escolar aos filhos... se o centro de estágio diz que é isso, isso não está a acontecer.”

Desde 2010 apenas uma família saiu do espaço ao abrigo do programa “Prohabita” com a qual os técnicos ainda têm contacto, pois continuam a ser arrendatários da CMC e como tal a ser alvo de visitas domiciliárias. Para além dessa, um outro agregado também saiu mas, devido a uma auto-emancipação, não sendo arrendatário da Câmara.

Actualmente a CMC encontra-se a trabalhar com o projecto “Trampolim”.²²

“... neste momento estamos a trabalhar em parceria com o projecto “Trampolim”, estamos a tentar formar uma parceria qui para o Centro com a CPCJ, o centro de saúde, a Caritas... Há uma rede extensíssima de apoio social. Agora regrediu um bocadinho por conta das restrições orçamentais, mas há apoio para facilitar que não haja problemas por exemplo com a escola.” (assistente social da CMC)

- E os projectos de formação...

(interrompe) Os projectos de formação são sempre importantes. São políticas que tinham que ser feitas. Eles têm que criar respostas para esta população que esteve anos e anos na omissão e que não valorizava porque não podia entrar no mercado de trabalho. Tem que se dar a essas pessoas ferramentas

²² Projecto que apóia a procura de emprego e formação

<http://www.freguesias.pt/portal/noticia.php?id=5163&cod=060313> (consultado em 14/6/2013)

para tal. Mas a questão é trabalhou-se muito as comunidades ciganas na formação mas não se preparou o mercado de trabalho para acolher estas pessoas que foram formadas. O trabalho que tem sido feito ultimamente é unilateral. Cria-se expectativas e horizontes às comunidades ciganas e depois fecha-se-lhe a porta.

- Isso pressupõe uma “aproximação” à cultura maioritária?

Não! Isso não significa nada disso. Há pessoas que te podem ensinar coisas diferentes ou tu a elas. A cultura cigana não é estática! Houve grandes mudanças. Se fosse estática não tinha chegado até a aqui. Houve adaptações e todos os dias nos adaptamos sem perder uma essência. Tens que o cuidado de cultivar com os teus filhos e a tua família em casa... podem ser na mesma bons cidadãos com uma cultura própria, porque não? É possível conciliar. (Mediador Cigano da CMC).

8. Mulheres Ciganas: a sua importância para a integração social das suas comunidades

A mulher cigana é vista como a educadora dos filhos pequenos e das filhas até ao casamento, mantendo as tradições vivas e transmitindo-as. De uma forma geral, as mulheres ciganas são vistas como mentirosas (prática de leitura das mãos) e ladras (Cardoso 2001 e Sant’ana 1983), assim como facilmente identificáveis pela sua forma de vestir.

O patriarcado nas comunidades ciganas está aliado a uma filiação patrilinear, o que significa que os filhos resultantes de um casamento passam a fazer parte da linhagem do pai. (SANTOS 2009: 31) Tal pressupõe também que as mulheres sigam a condição dos maridos: se são ciganas e se casam com um não cigano, tem de adoptar os modos de vida dos não ciganos; se não são ciganas e casam com um cigano, têm de adoptar os valores e as práticas dos ciganos. Esta exclusão (casamento com homem não cigano) do mundo cigano pode ser sentida com alívio, dada as elevadas exigências feitas sobre as mulheres. Tal não impede que na geração seguinte haja uma reentrada no mundo cigano, através do casamento.” (BASTOS 2007: 154)

A ideia de honra pesa sobretudo sobre a Mulher (MENDES 2005: 136). Para estas, manter a honra significa cumprir rigorosamente o seu papel social, o que implica, em primeiro lugar, ter um forte controlo sobre os seus desejos, manter a virgindade até ao casamento (uma mulher que se prove não ser virgem²³ na altura do casamento pode

²³ “Hoje em dia só as famílias mais ricas é que fazem o ritual da virgindade, onde estão as mais velhas com aquelas velas todas no verdadeiro casamento cigano. Porque um casamento cigano sai muito caro...” (Mulher cigana, 20-25 anos) (BASTOS 2007: 152)

perder a possibilidade de se casar e sujeitar toda a família a uma das vergonhas mais intensas e à perda do respeito de toda a comunidade (NUNES, 1996 *in* SANTOS 2009: 32), ser fiel ao marido, ter um grande número de filhos para manter a força económica e político-social da família. A manutenção da honra passa também pela aparência física e pela postura, devendo as mulheres ciganas ter uma grande preocupação em manter uma imagem feminina e sensual. (Gay y Blasco, 1997 *in* SANTOS 2009: 32) Todavia, Casa-Nova (2009: 144) alguns tratamentos, como dietas e cremes para o corpo, são frequentemente realizados sem o conhecimento do marido, dado este considerar que a mulher “já não tem a quem agradar” manifestando, através de expressões como esta, o seu sentimento de posse e de domínio em relação à mulher. Muitas assumem e interiorizam este papel desde crianças e neste contexto, são elas próprias que se submetem ao poder do homem (pai/marido), assumindo esta diferenciação com obrigatoriedade. No entanto, segundo o estudo efectuado por Casa-Nova (2009), o machismo é um enorme factor de queixa ente as mulheres ciganas casadas mais jovens da comunidade estudada. Elas consideram que “...a mulher cigana sofre muito mais do que as da vossa raça e muito mais do que os homens” e os homens consideram que “as mulheres dão muito mais trabalho porque é preciso andar sempre em cima delas” para que “não desgracem as famílias”.

No entanto, a mulher cigana detém algum poder, por exemplo, só ela pode “dar cabaças” (CASA-NOVA 2009: 833), ou seja, “desfazer” um casamento prometido desde a infância. No entanto, o poder feminino é notório de uma forma mais subliminar, pois apesar de se esperar que a mulher cigana fique em casa a educar os filhos, cabe-lhe igualmente dirigir-se aos organismos públicos e sociais e/ou vender nas feiras (mendigar e ler a sina não podem ser tarefas desempenhadas por homens), ou seja, há um contacto muito grande com a comunidade não cigana:

“... there is a paradox embedded in the Gypsy woman’s role. Within her own society she is hedged in by restrictions, expected to be subservient to her husband and cautious with other men. Yet nearly every day she is expected to go out to “enemy” territory, knock on doors of unknown people, and establish contact with new customers, some of whom will be men. (...) she must be aggressive – quite the opposite to some of the behavior required of her in the camp” (OKELY 1989: 204-5).

Na cultura cigana é valorizada positivamente a mulher sagaz, astuta e capaz de tomar conta da sua família. Por outro lado, Lopes (2008: 79) concluiu que as mulheres devem ter comportamentos contidos enquanto os homens se devem evidenciar pela ousadia e improvisação, em pequenas proezas quotidianas.

As mulheres ciganas são muito activas, empreendedoras e com iniciativas no âmbito publico. Em certa medida são elas que “tomam as rédeas da casa”. (ARBEX, 1999: 26) São sempre elas que falam e que manifestam com mais clareza as dificuldades porque estão a passar. Por exemplo, o número de famílias monoparentais constituídas por mãe e filhos tem vindo a aumentar. A função tradicional da mulher de cuidar dos filhos tem dificultado a aquisição de qualificações escolares e profissionais. Por outro lado, é comum o desconhecimento dos seus direitos, o que as coloca em maior situação de vulnerabilidade, (CASA-NOVA 2009: 847) designadamente quando ficam sozinhas (viuvez, divórcio).

A forma como as mulheres ciganas vêm a integração social de que são alvo ou se tentam integrar passa inevitavelmente por uma emancipação. Como tal, por exemplo em Espanha existem várias associações de mulheres ciganas. O principal interesse destas mulheres passa por permitir aos seus filhos um acesso à escolarização. Daí que algumas procurem outro tipo de empregos que não impliquem a deslocação frequente (Cardoso 2001), como é o caso da venda ambulante, a sua principal actividade. Todavia, com uma escolaridade baixa, na grande maioria dos casos, não é fácil ascenderem a outros empregos. As mulheres ciganas portuguesas apresentavam em 2001 uma taxa de analfabetismo muito elevada (Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres), daí que muitas manifestem interesse em aprender a ler (devido à acção de projectos de integração social) pois isso foi-lhes vedado enquanto crianças, principalmente por serem do sexo feminino.

Segundo diversos autores são as mulheres e os jovens que se assumem como protagonistas da transfiguração étnica, pois como afirma Provot (1983 *in* SANTOS 2009: 38) “os jovens, afinal, revelam apenas o bem-estar ou o mal-estar presente do seu grupo de pertença”. Neste sentido, a nostalgia acerca da Lei cigana tal como “antigamente” era praticada é expressada sobretudo pelos homens de meia-idade. Algumas mulheres, pelo contrário, afirmam que os ciganos pararam no tempo e se atrasaram, e atribuem esse atraso ao controlo que, obsessivamente, os homens ciganos pretendem ter sobre as mulheres, obrigando-as a rituais e costumes que por vezes sentem como humilhantes e outras vezes vêm como uma das causas dos preconceitos

virados contra ciganos. (BASTOS 2007: 147) Desse modo, a questão da opressão de género torna-se central para perceber a dinâmica da vida cigana e das relações interétnicas.

A Associação para o desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, segundo Olga Mariano, uma vez que já existia uma Associação de homens ciganos, era uma ideia pioneira. A princípio consideraram o assunto um pouco despropositado, uma vez que eram só cinco mulheres, mas começaram a amadurecer a ideia e daí assim que nasceu. (REIS 2001: 114) Dinamizam um projecto que consiste na abertura de um espaço que vai acolher crianças ciganas enquanto as mães vão para a venda e ainda no ano passado realizaram o “I Encontro Nacional de Mulheres Ciganas.”²⁴

8.1. A importância das mulheres ciganas para a integração social cigana em Coimbra

De acordo com o mediador cigano da CMC, o papel das mulheres ciganas varia de comunidade para comunidade:

“... Por exemplo, na comunidade cigana que nós chamamos os “portugueses” há uma maior emancipação da mulher cigana. Hoje a mulher cigana não cuida só dos filhos mas também participa economicamente na economia familiar, coisa que há 20-30 anos não acontecia, era o homem. Aqui na comunidade que nós chamamos os “espanhóis” é um pouco diferente, podemos dizer que a emancipação não é, podemos dizer, a desejada, continuam muitas vezes a ser elas muito mais submissas e menos irreverentes que as mulheres ciganas dos chamados ciganos “portugueses” que já reivindicam e acham que têm que ter um espaço... aqui isto não está a acontecer. Em relação aos “chabotos” há uma maior abertura, já temos mulheres a querer conquistar e a quererem também trabalhar e estudar, algo que no passado não acontecia... Agora os ciganos “espanhóis” mesmo a questão delas irem estudar... é um pouco mais difícil. É uma comunidade um pouco mais conservadora, onde o papel se restringe a cuidar dos filhos e das casas... muitas vezes uma leitura da sina mas muito poucas famílias fazem isso já. (...) Como as mulheres dos “Monteiros” são mais submissas, eles tentam saber de todas as situações na cadeia... é uma comunidade “super” patriarcal o que faz com que elas sejam duplamente submissas” (mediador cigano da CMC)

²⁴<http://mulher.sapo.pt/atualidade/em-foco/artigo/comunidades-ciganas-estao-a-mudar-com-a-emancipacao-das-mulheres> (consultado em 05/03/2014)

Portanto, as mulheres da comunidade dos “portugueses” são as mais emancipadas, seguidas das da comunidade dos “chabotos” na qual tem havido uma abertura maior, ao contrário das da “família Monteiro” (“espanhóis”) que são mais conservadoras. “Tudo o que vem do exterior tem que ser pesado. Há coisas que são muito libertinas e que nós não concordamos.”, diz ainda o mediador.

Ao contrário do que foi referido sobre o facto das mulheres ciganas serem mais discretas, evidenciando-se, no entanto, pelo uso de saias compridas, que servem não só de distinção étnica mas também moral “as mulheres ciganas não andam despidas” (BASTOS 2007: 162), em Coimbra “... os trajes são muito comuns com a sociedade maioritária. Se calhar são muito extravagantes na forma como se pintam (maquilhagem) e no cuidar do cabelo... Essa questão das saias compridas já está bastante ultrapassada.” (mediador cigano da CMC), tão ultrapassada que não se vê mulheres novas com essas saias. “Só se a mulher tiver de luto é que usa essas saias”. (presidente da ASRCC).

Não são só os valores femininos que estão em mudança, é a própria noção de família:

“É assim (hesitação)... quando eu comecei a trabalhar acho que havia um conceito de família mais vincado (vou falar baixinho para ninguém me ouvir)... o homem nas comunidades ciganas sempre teve muita liberdade, tinha uma mulher em casa e depois tinha mais mulheres. Agora as mulheres, felizmente também já não aceitam bem isso ou estão a começar a não aceitar isso, o que eu acho que é fantástico. Também há muitas mulheres que fogem com outro homem, o que é que acontece? Fica logo sem os filhos. Eles ficam sempre com o pai ou a família do pai.” (animadora sociocultural da CMC)

A própria ideia de restrição necessita de ser revista. Não só as comunidades ciganas não vêm todas a mulher da mesma forma, como a própria emancipação feminina na sociedade maioritária é extremamente recente:

“... estamos a falar de cultura. Nós temos uma coisa que os teus pais e os teus avós tinham há 50 ou 60 anos atrás, que namoravam pela janela. Simples, só essa resposta quer dizer tudo. O que vocês deixaram, supostamente, a gente ainda pode manter. Não quer dizer que seja uma questão cultural nossa, nós é que mantemos essa tradição, essa cultura (...) há 40 anos [as mulheres] andavam de saia hoje só não andam nuas porque não podem. Tudo tem uma evolução... antes do 25 de Abril, para uma mulher sair do país tinha que o marido assinar... ora tem que haver evolução nessas pequenas coisas.” (presidente da ASRCC)

Segundo este ponto de vista, as comunidades ciganas apenas preservam algo que a comunidade maioritária foi perdendo pois esta conduta de costumes não é muito diferente do padrão dominante no mundo rural português (BASTOS 2007: 152), as jovens não têm liberdade sexual, nem antes nem depois do casamento e estão obrigadas a uma fidelidade pré-conjugal e pós-conjugal restrita. Em termos ideais, uma mulher cigana só deve conhecer e ser conhecida por um único homem, o seu marido.

8.1.1. As mulheres ciganas do Centro de Estágio Habitacional (CEH)

Segundo a Animadora Sociocultural, das residentes no CEH, só uma mulher é não é casada, morando com o pai, todas as outras são casadas e têm filhos. O marido de pelo menos cinco encontrava-se detido aquando destas declarações. Todavia já nos primórdios dos realojamentos para o CEH muitos homens ciganos se encontravam na prisão e mesmo assim exerciam controlo sobre as suas mulheres, ainda que menos significativo:

“... elas, ainda tendo que responder a certas solicitações da parte deles, nomeadamente na roupa... não havia tanto controlo. Elas adquiriram competências, mas que depois regrediram quando eles saíram. ... Começamos a fazer formação com elas e elas vinham... os homens começaram a sair da prisão e foi o abandono total.” (assistente social da CMC)

Esta regressão nota-se também no dia-a-dia das actividades dinamizadas pela animadora sociocultural da CMC, onde as mulheres não vêm com muita regularidade:

“Não vêm todas juntas, ao mesmo tempo por causa do cumprimento de horários. Já ultrapassámos a fase de as ir chamar a casa, elas têm que vir por iniciativa própria. Mesmo que venham sem vontade, elas acabam por gostar e na próxima já vêm com mais vontade.

-Na sua opinião vão havendo mudanças no comportamento delas?

Temos uma mulher, que está sozinha, que não participa em actividade nenhuma, mas é por opção, por respeito à família, não sei. Acho que elas se sentem bem nas actividades porque nós tentamos ajudamo-nos uns aos outros e acho que os resultados são positivos. Se alguém não esta a conseguir fazer a actividade, alguém vai sempre ajudar. Tentamos, quando estamos a trabalhar

com eles, fazer parte do mesmo grupo também. Ninguém está ali para uma função de supervisão.” (animadora sociocultural da CMC)

Sendo ou não por “respeito à família”, o presidente da ASRCC advoga que “elas não vão é porque não querem ir”, desvalorizando a ideia de subordinação, apesar de salientar há diferença entre as comunidades, que “podem ser rivais lá fora, mas que no CEH se respeitam todas umas às outras.” (animadora sociocultural da CMC).

As actividades com as mulheres ciganas transcendem o espaço do CEH, pois as técnicas consideram importante que, na aprendizagem de competências habitacionais, os hábitos alimentares (por exemplo) sejam tidos em consideração.

“Nós e as mulheres ciganas fomos todas às compras no Continente, uma actividade sobre gestão doméstica... chegámos ao Continente, eramos 7 ou 8 mulheres e eu também me senti excluída. Tivemos sempre um segurança atrás de nós, não podíamos circular livremente e até eu não fui atendida como costume ser atendida das outras vezes. E eu nunca pensei que isso acontecesse, eu vejo muitas famílias ciganas às compras no Continente, mas nunca me tinha apercebido como eles são olhados e como são tratados. Eu antes ate poderia pensar que era um bocadinho exagero da parte deles, mas não é. Se não tivesse tido esta experiência, e trabalho com ciganos há alguns anos, não compreenderia tao bem. Esta actividade também foi para lhe falar sobre as marcas brancas. São pessoas com baixa escolaridade e não tinham conhecimento, que são produtos mais baratos, então eu estive ali a explicar onde devem ver os preços nas prateleiras. (...) Fomos comprar coisas saudáveis, para um lanche que fizemos aqui, para elas perceberem que se pode comer melhor... Não sei se já reparas-te, mas mulheres aqui são muito gordas, muito obesas, não há cuidado com a alimentação. Sopa haverá numa ou outra casa, mas depois é batatas fritas, são bifes, acredito que o forno dos fogões aqui, quase nenhum funcionou... é tudo muito à base de gorduras, eu acho que é por falta de conhecimento também. Eu queria trabalhar com elas sobre isso, mas ai já tinha que entrar em casa delas e eu não quero impor coisas” (animadora sociocultural da CMC)

Segundo as técnicas, algumas mulheres que foram realojadas na malha urbana, continuam ir ao CEH com alguma frequência, pois tem lá família. Essas mulheres mostram alguma emancipação, o que estimula as que ainda estão no CEH a querer melhorar, pois o objectivo será um alojamento na cidade.

“Felizmente elas são muito humildes e que até ajudam e incentivam as que cá estão para saírem daqui. O objectivo de todos eles é saírem daqui. O ambiente familiar aqui já foi mau, mas agora é muito calmo, mas todos eles querem uma casa fora daqui. Sentem-se um bocado presos... não há transporte. Temos uma mulher que sai para ir trabalhar as 7 da manhã para ir trabalhar e vai a pé por esta estrada. Ela diz que ouve os carros a apitar e não se sente bem... aqui perto há mulheres a prostituírem-se e uma mulher cigana que se levanta as 7 da manhã para ir trabalhar, no Inverno ainda é de noite. É preciso ter muita força de vontade para estas coisas. As mulheres que cá estão vêm as que já saíram como um exemplo a seguir, mas que têm que se esforçar para acontecer. Há mulheres que acham que têm todas as condições para sair daqui e não têm.” (animadora sociocultural da CMC)

“... a F. que foi realojada já depois de estar aqui. Ela é considerada quase como se fosse uma matriarca. Tem mais opinião, não quer dizer que o homem não tenha, no entanto a palavra dela tem uma força diferente, até porque a nível das outras famílias é ela que orienta, que serve de exemplo. Estamos a falar aqui de uma figura feminina que tem algum poder, dentro daquela família qua acaba por ter mais poder até que o homem. Porque ela é que conduzia, ela é que levava os filhos à escola, que geria os conflitos.” assistente social da CMC)

As mulheres ciganas do CEH, apesar da participação com interrupções nas actividades dinamizadas pela CMC, revelam-se mais fáceis de colaborar porque “gostam porque percebem a importância” (animadora sociocultural da CMC) dessas actividades para adquirirem competências sociais. Já nos bairros a participação de mulheres cigana é quase nula, segundo o presidente da ASRCC, “porque são formações com a camara e as pessoas são obrigadas” a ir.

Estas formações e actividades visam, segundo as técnicas, a integração social destas mulheres. No entanto, a mudança de alojamento não faz com que essa integração seja imediata:

“Neste caso não porque são hábitos que estão culturalmente enraizados. Eu aceito que me digam que uma mulher não vai facilmente trabalhar e as condições económicas que vivenciamos hoje em dia também não permitem que alguém iletrado e sem escolaridade, que só por si já tem um conjunto de obstáculos não conseguem aceder facilmente a um emprego, na malha urbana então, nem pensar. Vão alternando entre o RSI e contractos de emprego inserção, que não é renovável. (...) a habitação não dá resposta a tudo.” (assistente social da CMC)

No entanto, as formações ministradas às mulheres ciganas não as capacitam para o mercado de trabalho e este encontra-se extremamente limitado para pessoas com baixa escolaridade e ainda mais para ciganos. Apesar de, na opinião da assistente social da

CMC, a inserção social para estas mulheres “é terem uma casa fora daqui.” isso talvez não baste.

8.1.2. O futuro da inserção social cigana passa pelas mulheres?

A mulher é, segundo o presidente da ASRCC, “o pilar da sociedade”. Como tal, também a mulher cigana é fundamental nas mudanças que estão a operar nas suas comunidades.

“Eu acho que toda a mudança que vai ser operada nas comunidades ciganas, vai ser através das mulheres. Elas são o factor da mudança, seja em qualquer sociedade. Nas comunidades ciganas a mesma coisa, de forma muito lenta, mas tem sido. Na sociedade maioritária a emancipação da mulher só se faz há três ou quatro décadas. Porque a mulher no passado só tirava a 4ª classe e não podia exercer outros cargos que não os domésticos. As comunidades ciganas também estão, no fundo, a passar por esse momento.” (mediador ciganos da CMC)

A mulher cigana continua a ser vista como transmissora da sua cultura na educação dos filhos. “... por isso se nós conseguirmos trabalhar com a mulher, ela vai trabalhar com os filhos e este quando forem pais já vão conseguir educar de outra maneira.” (animadora sociocultural da CMC):

“Nós agora já temos mulheres a trabalhar e a estudar fora, há 16 anos nenhuma deixava o marido e os filhos em casa para fazer isso. Acho que elas se sentem bem com isso. Elas falam dos cursos, entre elas e conosco. Tiram notas boas. São tão boas como as outras e nós valorizamos tudo isso. Eu dou muita força às mulheres que têm força de vontade, isso é muito importante, até para a auto-estima delas. O nível de escolarização é muito baixo, logo o esforço é maior. Eu acho que isto é fantástico para estas mulheres, mais do que para nós.” (animadora sociocultural da CMC)

Por outro lado, o mediador cigano da CMC considera que "... isso é uma perspectiva que não é a mais correcta. Tanto o homem como a mulher preservam o que é ser cigano. (...) Hoje em dia a educação é muito mais partilhada. É claro que podem não ter tanta responsabilidade, é a eles que cabe trazer o pão para casa, mas hoje como a mulher cigana também participa economicamente, há uma partilha do casal." Assim sendo, também a perspectiva masculina está em mudança.

Conclusão

As políticas de integração social das comunidades ciganas na Europa passam por uma tentativa de melhoria do acesso aos serviços sociais, assim como benefícios na concessão de habitações sociais, políticas do facto do modo de vida cigano ser defendido por diversos artigos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, tal não implica que estes direitos não sejam mais que directrizes e que na prática o seu valor não se sobrepõe às práticas de integração social de elementos de comunidades ciganas num modo de vida diferente do seu. Os ciganos são, assim, vítimas deste pensamento hegemónico (SILVA 2002: 70) e consequentemente um teste à cidadania europeia.

Poder-se-á dizer que as políticas de integração social não têm como finalidade a igualdade de direitos, mas sim uma uniformização do modo de vida da população que habita o mesmo território. É ainda de salientar o peso do relativismo cultural para se colocarem em prática os Direitos do Homem. Por exemplo, até algo como o direito à vida, apesar de ser globalmente aceite é relativo. Ou seja, a vida humana é um valor universal, mas as diversas sociedades têm formas diferentes de ver onde esta começa e acaba, assim como o que lhe diz respeito. (PAREKH 1999: 150). A ideologia dos Direitos do Homem é provavelmente a única que se identifica com diversas ideologias como o comunismo, a democracia, religiões e ideologias nacionais (WESTON 1992: 30). Portanto, os Direitos Humanos pressupõem igualdade e livre acesso a qualquer tipo de serviços. Porém, isso implica um respeito pela forma de vida e crenças das pessoas, o que nos leva à importância de se ter conhecimento dos mesmos.

A imagem que se criou e generalizou dos ciganos corresponde à visão do “outro” por parte da sociedade maioritária. Esta questão de “alteridade” foi e continua a ser a base da relação entre ciganos e não ciganos. O erro não é ver o desconhecido a partir do conhecido, mas sim inferiorizá-lo apenas por ser diferente. Essa inferiorização tem sido baseada em critérios de adscrição que visam uma comparação desigual. Por outro lado, a ideia que os ciganos têm costumes muito enraizados e para os preservar não se devem “modernizar” é criticada por ambas as partes. Os não ciganos continuam a considerar que os ciganos têm direito a ajudas do Estado que não são facultadas à comunidade maioritária, no entanto, usando o realojamento como exemplo, as políticas de habitação praticadas pelo município em estudo destinam-se a todos os cidadãos que se encontrem mal ou não alojados. O que acontece que é que ninguém (nem mesmo os ciganos)

pretende viver nos bairros sociais, por estarem conectados com marginalização e deslocados da cidade. Acontece o mesmo com o Centro de Estágio Habitacional, que apesar de ser uma infra-estrutura para toda a população conimbricense, só tem realojado elementos das comunidades ciganas. Nestes contextos habitacionais, torna-se difícil os inquilinos não se sentirem à margem da sociedade (e da cidade). Por outro lado, o projecto “Prohabita” em colaboração com a Câmara Municipal, promovia o realojamento na malha urbana da cidade, que era visto pelos entrevistados como a melhor forma de inserção das famílias ciganas. Salvaguardando, como referiu o mediador cigano, que isso permite uma “aproximação” pois as pessoas podem aprender umas com as outras e ir desconstruindo as ideias preconcebidas que existem de ambas as partes em relação ao “outro”. A dita “aproximação” pressupõe respeito pela cultura alheia, sem deixar de preservar a própria. Ao contrário, as políticas de inserção praticadas pela sociedade maioritária ao longo dos tempos têm tentado mais uma subordinação das culturas minoritárias, não percebendo o processo de aculturação, que tem vindo a ocorrer, que ao contrário da assimilação ou integração sugere a ideia da possibilidade de influência de culturas. (PINTO 2000: 128). Em Portugal essa aculturação nota-se na adopção de algumas características da comunidade maioritária, por parte dos ciganos (neste caso), mas noutros países em que as comunidades ciganas não foram tão reprimidas (como é o caso de Espanha), a aculturação ocorreu nos dois sentidos.

A Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra (ASRCC) tem desenvolvido algumas actividades como alfabetização e apoio escolar para toda a comunidade. Algo que foi frisado, foi o facto de ser uma associação mista e que os não ciganos ao participarem nas actividades, podem perceber como são as comunidades ciganas e deixar de as ver sob o prisma do preconceito, motivado pelo desconhecimento. Todavia, a associação vê o seu trabalho extremamente condicionado pela falta de verbas e apoio da Câmara Municipal (a falta de verbas também afectou a permanência do mediador cigano, algo que poderá quebrar a ponte que se tem vindo a estabelecer). A continuidade da organização da “noite cigana” seria uma forma de estabelecer contacto entre as culturas cigana e não cigana, para privilegiar a tal “aproximação”, pois, para compreender a cultura cigana, como nos relembra Casa-Nova (2002: 65) é preciso passar forçosamente também, pela compreensão e questionamento dos processos e dos contextos sociais que a produziram. “É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu.” (LÉVI-STRAUSS 2012: 66).

Relativamente às mulheres ciganas, é de destacar o seu papel como pilar familiar, pois na maioria dos casos são elas que procuram ajuda, que fazem formações e alfabetização. É sobretudo através delas que a cultura cigana sobrevive (apesar do mediador cigano ter referido que o homem também participa nesse processo, assim como na educação dos filhos cada vez mais). Foi notório que as técnicas sociais consideram que as mulheres ciganas ainda estão muito subordinadas à vontade masculina, no entanto, o presidente da ASRCC desvaloriza isso dizendo que elas não participam nas actividades porque não querem, mas que há que ter em consideração que as comunidades não são todas iguais e nem as pessoas que as constituem. Qualquer das formas, parece haver uma emancipação da mulher cigana, que já sai de casa, faz formações, controlo de natalidade... no entanto, há que referir que a emancipação feminina na sociedade maioritária é algo extremamente recente e que nos locais mais rurais do país a mulher ainda tem muitas restrições quanto à sua vida sexual e mesmo social. Neste sentido, talvez haja tanta controvérsia relativamente aos ciganos, porque eles lembram a sociedade maioritária, segundo alguns autores (como Nunes 1996), dos valores que têm vindo a perder e da necessidade de uma vida mais livre e com menos restrições.

Neste sentido, as ideias das pessoas que trabalham com as comunidades são muitas vezes preconceituosas e desrespeitadoras e persiste a ideia que os ciganos não são cidadãos portugueses, devendo integrar-se na sociedade portuguesa maioritária, já que estão no território e querem usufruir de direitos esquecendo-se dos deveres. Acontece que, como minoria étnica nacional, os ciganos tem o direito de ver os seus costumes salvaguardados e principalmente respeitados. Este ponto remete-nos, como o presidente da ASRCC alertou, para o facto de se considerar genericamente os ciganos como uma única comunidade com um conjunto de leis e regras, semelhante em qualquer ponto onde estejam, pondo de lado a importância da diversidade e principalmente, do individuo, que como parte integrante de uma cultura não seixe de ter uma opinião própria.

O realojamento é visto como a resolução de todos os problemas, (Roxo 2010) mas rapidamente se chega à conclusão que com a nova habitação surgem também novas responsabilidades. Parece, no entanto que essa ideia é passada pela CMC com as suas políticas de integração social. Políticas essas que não parecem estar a surtir efeito, pois os técnicos afirmaram não conseguir avaliar a inclusão social das comunidades ciganas em Coimbra.

Referencias Bibliográficas

ACIME, *Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos*, Braga : Governo Civil, 1998.

ALMEIDA, A., [et al.], *Imigração e etnicidade : vivências e trajectórias de mulheres em Portugal*, Lisboa : SOS Racismo, 2005.

ANTUNES, A., *Os príncipes do nada : contributo para o estudo de um trabalho social de reinserção de populações ciganas*, Coimbra : Associação Integrar, 1997.

ASSÉO, H., *Marginalité et exclusion : le traitement administratif des bohémiens; Public et folies dramatiques : la comédie française, 1680-1716 / Jean-Pierre Vittu*, Paris : Editions Klincksieck, 1974.

AUZIAS, C., *Os ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste*, Lisboa : Edições Antígona, 2001.

BARRETO, I., *A convenção europeia dos direitos do Homem anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.

BASTOS, S., *Filhos diferentes de deuses diferentes : manejos da religião em processos de inserção social diferenciada : uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006.

BASTOS, J. [et al.] *Sintrensés Ciganos – Uma abordagem estrutural*, Sintra, Camara Municipal de Sintra, 2007.

BOUDON, R. *O Relativismo*, Lisboa, Gradiva, 2009.

BRANDÃO, D., *Projecto "renovar as origens": intervenção com minorias étnicas*, Coimbra : [s.n.], 2009.

BROWN, P., *Assessing local housing authorities' progress in meeting the accommodation needs of gypsy and traveller communities in England*, Manchester : Equality and Human Rights Commission, 2009.

CARAPINHA, R., “Ciganos : eles também querem ser portugueses”, in *Flama. Revista Semanal de Actualidades*. Lisboa, 1970. Ano 27, nº 1169, pp. 13-18

- CARDOSO, C., [et al.], *Que sorte, ciganos na nossa escola!*, Lisboa : Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001.
- CARNEIRO, M., (coord.), *Crianças de risco*, Lisboa : ISCSP, 1997.
- CASA-NOVA, M., *Etnicidade, género e escolaridade : estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do Porto*, Lisboa : Instituto de Inovação Educacional, 2002.
- CASA-NOVA, M., *Etnografia e produção de conhecimento : reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*, Lisboa : ACIDI, 2009.
- COELHO, A., *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão*, Lisboa : Dom Quixote, 1995.
- Congreso Gitano de la Union Europea, 1G, Sevilla, 18-24 de Mayo de 1994, *La educación de los niños gitanos e intinerantes / I Congresso Gitano de la Union Europea*, Madrid, Barcelona : Centro de Publicaciones del MEC, Instituto Romanó de Servicios Sociales y Culturales, 1996.
- CORTESÃO, L., [et al.] ; *O povo cigano : cidadãos na sombra : processos explícitos e ocultos de exclusão*, M. Fernanda Martins (org.), Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- CORTESÃO, L., [et al.], *Pontes para outras viagens : escola e comunidade cigana : representações recíprocas*, Porto ; Lisboa : ACIME, 2005.
- COSTA, E., *O povo cigano entre Portugal e terras de além-mar : (séculos XVI-XIX)*, Lisboa : Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- COSTA, E., *O povo cigano em Portugal: da história à escola: um caleidoscópio de informações*, Setúbal: CIOE/ESE, 1996.
- COSTA, E., *Os ciganos: fontes bibliográficas em Portugal*, Madrid: Editorial Presença Gitana, 1995.
- COSTA, M., *Ciganos: Histórias de Vida*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2006.
- DERLON, Pierre, *Tradições ocultas dos ciganos*, Amadora: Livraria Bertrand, 1975 (imp. 1977)

- DIAS, E., [et al.], *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão-integração*, Porto; Lisboa: ACIME, 2006.
- DOUGLAS, Mary, *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa, Edições 70, 1966.
- DUARTE, I., *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*, Porto ; Lisboa : ACIME : Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.
- Encontro Internacional do Nómada II, 1, Setúbal, 2006, *Ciganos e cidadania(s) / 1º Encontro Nacional do Nómada II / org. Mirna Montenegro, Instituto das Comunidades Educativas ; textos de André Costa Jorge ... [et al.] ; Setúbal : Instituto das Comunidades Educativas, 2007.*
- ERRC European Roma Rights Centre, Númena-Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas, *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social : o caso dos ciganos : avaliando o impacto dos planos nacionais de acção para a inclusão social na República Checa, em França e em Portugal*, Budapeste : ERRC ; Porto Salvo : Númena, 2007.
- FAÍSCA, L., *Representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa*, Lisboa : ACIME : Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006.
- FALQUE, E., *Voyage et tradition : approche sociologique d'un sous-groupe tsigane : les Manouches*, Paris : Payot, 1971.
- FERNANDES, J.. *O doente de etnia cigana : uma visão dos enfermeiros*, [Lisboa] : Associação Portuguesa de Enfermeiros, D.L. 2002.
- FERNANDES, T. [et al.] *Ciganos aquém do Tejo: propostas de actividades nómadas para o ensino básico*; Porto : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004.
- FERNÁNDEZ JIMENÉZ, D., *Situación y perspectivas de la juventud gitana en Europa*, Barcelona : Instituto Romanò, 1996.
- FIGUEIRAS, I., *Ciganos : subsídio para uma bibliografia temática*, Coimbra : Museu e Laboratório Antropológico - U. C., 1979.

- FILHOL, E., *La mémoire et l'oubli : l'internement des Tsiganes en France, 1940-1946*, Paris : Centre de recherches tsiganes ; Harmattan, c2004.
- FONSECA, E., [et al.], *Representações sociais das comunidades cigana e não-cigana : implicações para a integração social*, Porto ; Lisboa : ACIME, 2005.
- FONSECA, I., *Enterrem-me de pé!: os ciganos e a sua jornada*, Lisboa : Teorema, 2003.
- GEERTZ, C., *A Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GÓMEZ ALFARO, A., *Ciganos e degredos : os casos de Espanha, Portugal e Inglaterra, séculos XVI-XIX*, Lisboa : Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, D.L.1999.
- GONÇALVES, A. (coord.), *Tradição e prospectiva nos meandros da economia cigana: circuitos peri-económicos na Grande Lisboa* , Porto ; Lisboa : ACIME, 2006.
- HEUSH, L., *A la découverte des tsiganes : une expédition de reconnaissance 1961*, Bruxelles : Ed. de l'Institut de Sociologie, cop. 1966.
- KENRICK, D., *Da Índia ao Mediterrâneo : a migração dos ciganos*, Lisboa : Centre de Recherches Tsiganes : Secretariado Entreculturas, 1998.
- LIÉGEOIS, J., *Minoria e escolarização : o rumo cigano*, Lisboa : Centre de Recherches Tsiganes, Secretariado Entreculturas, 2001.
- LIÉGEOIS, J., *Ciganos e itinerantes : dados socioculturais : dados sociopolíticos*, Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1989.
- LLERA BLANES, R., *Os Aleluias : ciganos evangélicos e música*, Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- LOPES, D., *Deriva cigana : um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*, Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- MARQUES, C. [et al.], *Comunidade cigana na Diocese de Lisboa*, Lisboa : Câmara Municipal, Pelouro de Ação Social, D.L. 1997.
- MARTINS, M., “A etnia cigana e a cultura”, in *Reflexões : Revista Científica da Universidade Lusófona do Porto*. N. 2 (2007), p. 285-300.

- MASCARENHAS, J., (coord.), *Ciganos em Portugal : a excepção e a regra*; Lisboa, Museu Biblioteca República e Resistência, D.L. 1999.
- MENDES, M., *Etnicidade cigana, exclusão social e racismos*, Porto : [s.n.], 1998.
- MENDES, M., *Representações face à discriminação : ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa*, [s.n.], 2007.
- MENDES, M., *Ciganos, Identidades, racismo e Discriminação*, Casal de Cambra, caleidoscópio, 2012.
- MESNIL, M., *Les héros d'une fête : le beau, la bete et le tzigane*, Bruxelles : Editions Labor, cop. 1980.
- Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica, *Eu, cigano sempre! histórias de vida*; recolha de histórias Adosinda Melo, Maria Antónia Fidalgo ; fot. Carlos da Silva, Lisboa : M.E. D.E.B., 2000.
- MISSAOURI, L., *Gitans et santé de Barcelone à Turin : les compétences de l'étranger de l'intérieur : ethnicité et métissages chez les gitans catalans et andalous autour des problèmes de santé publique*, Canet : Editorial Libres del Tabucaire, 1999.
- MORAIS M, *Os ciganos no Brasil e cancionero dos ciganos*, Belo Horizonte : Ed.Itatiaia, 1981.
- MORENO, M., *Etnia cigana : relação homem-mulher*, Porto : Editorial 100, 2004.
- MOTA, G., (coord.), *Minorias étnicas e religiosas em Portugal : história e actualidade* : Actas Curso de Inverno , Coimbra : IHES/FLUC, 2003.
- MOUTOUH, H., *Les Tsiganes*, Paris : Flammarion, 2000.
- NATA, G., *Diferença cultural e democracia : identidade, cidadania e tolerância na relação entre maioria e minorias*, Lisboa : ACIDI, 2011.
- NUMELIN, J., *Les migrations humaines : étude de l'esprit migratoire*, Paris : Payot, 1939.
- NUNES, O., *O povo cigano*, Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, Águeda, Grafilarte, 1996

- OKELY, J., *The traveller-gypsies*, Cambridge : Cambridge University Press, 1989.
- Olho Vivo, Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos, *Minorias étnicas e segundas gerações*, Queluz : Olho Vivo, D.L. 2004.
- Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos, *Os ciganos do Picôto*, Queluz : Olho Vivo, D.L. 2003.
- ORTEGA, M., *Documentación selecta sobre la situación de los gitanos españoles en el siglo XVIII*, Madrid : Editora Nacional, 1977.
- PAREKH, B. “Non-ethnocentric universalism”, in Dunne & Wheeler (eds.), *Human Rights in Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.128-159, 1999.
- PIMENTA, P., *Dýi tehàra : estudos de caso em torno de uma comunidade cigana*, Porto: Centro Social da Paróquia da Areosa, 2005.
- PINTO, M., *A Cigarra e a Formiga : contributos para a reflexão sobre o entrosamento da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa*, Porto : REAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza, 2000.
- POWELL, C., “Time for another immoral panic? the case of the Czechoslovak Gypsies”, in *International Journal of the Sociology of Law*. London: Academic Press. ISSN 0194-6595. Vol. 22, N. 2 (1994) pp. 105-122
- REIS, F., (coord.) *Rumo ao futuro : projecto de promoção e integração social da etnia cigana*; Lisboa : S.D.O.N.P.C, 1997.
- REIS, F., (coord.), *Palavra e comunicação : a arte da escrita pela minoria cigana*, Lisboa : Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2000.
- REIS, F., (coord.), *A família cigana e a habitação: relação com os espaços de interior* Lisboa : Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2001.
- REIS, F., (coord.), *Quadros da vida cigana : entrevistas com...*; coord. Fernanda Reis, Lisboa : Colibri, D.L. 2001.

- ROBINS, K., *The challenge of transcultural diversities : transversal study on the theme of cultural policy and cultural diversity : final report* , Strasbourg : Council of Europe Publishing, Culture and Cultural Heritage Department, 2006.
- RODRIGUES, D., [et al.], *Ciganas e não ciganas : reclusão no feminino*, [Lisboa] : Contra-Regra, 2000.
- RODRIGUES, F., *Acção social na Área da Exclusão Social*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- ROSÁRIO, E., *Discursos do racismo em Portugal : essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*, Lisboa : ACIDI, 2011.
- ROXO, M., *Realojamento: Práticas e Políticas de Habitação no Município de Coimbra*, Coimbra, FEUC, 2010.
- SANT'ANA, M., *Os ciganos : aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas*, São Paulo : FFLCH-USP, 1983.
- SANTOS, A., *De mães para filhas : representações e práticas de saúde sexual e reprodutiva de mulheres ciganas*, Coimbra : FEUC, 2009.
- SANTOS, R., (coord.), *Modelo integrado de actuação com a população cigana : metodologias e estratégias*, Coimbra : [s.n.], 2008.
- SERRA, J., *Filhos da estrada e do vento : contos e fotografias de ciganos portugueses*, Lisboa : Assírio & Alvim, 1986.
- SIGONA, N. e TREHAN, N., (ed.) *Romani politics in contemporary Europe : poverty, ethnic mobilization, and the neoliberal order* , Basingstoke : Palgrave Macmillan, 2009.
- SILVA, L., *Saúde-doença é questão de cultura : atitudes e comportamentos de saúde materna das mulheres ciganas em Portugal*, Porto ; Lisboa : ACIME, 2005.
- SILVA, M., *O sentir cigano no ensino recorrente : da escola e trabalho ao bem-estar subjectivo*, Coimbra : [s.n.], 2003.
- SILVA, S., *As margens da Europa : situação das minorias étnicas no contexto da UE : o caso do povo cigano*, Coimbra : S.A.M.Silva, 2002.

SIMÕES, L., *Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra : ao serviço da comunidade*, Coimbra : FLUC, 2006.

SOS Racismo, *Sastipen ta li saúde e liberdade : ciganos : números, abordagens e realidades*, Lisboa : SOS Racismo, D.L. 2001.

SOUSA, M., *Nós, os ciganos ...* / coord. Serviços de Acção Social, Habitação e Saúde, Lagoa : Câmara Municipal, 2007.

STARKIE, W., *In Sara's tents*, London : John Murray, 1953.

STEWART, M., (ed.), *The gypsy 'menace' : populism and the new anti-gypsy politics*, London : Hurst & Company, 2012.

TESÓN, F. “International Human Rights and Cultural Relativism” in Claude & Weston (eds.), *Human Rights in the World Community*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 42-54, 1992.

VASCONCELOS, P., *Ciganos e educação*; Setúbal : Instituto das Comunidades Educativas, 1999.

VIEGAS, A., *Ciganos: álbum de fotografias*, Lisboa : Colibri, 1993.

VINAGRE, V., *Auto cigano*, Barafunda - Ass. Cultural e Juvenil de Solidariedade Social, D.L. 2000.

WESTON, B., “Human Rights”, in Claude & Weston (eds.), *Human Rights in the World Community*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp.14-31, 1992.

Anexos

Anexo I

Guião da entrevista ao mediador cigano da Camara Municipal de Coimbra

- Introdução
- Agradecimento pela entrevista que está a ser gravada
- Re-apresentação da entrevistadora
- Tema do trabalho (“práticas de integração social das mulheres ciganas em Coimbra”)
- Papel que se procura no entrevistado (profissional com grande experiência em assistência social às comunidades ciganas)
- Objectivo da entrevista
- Funcionamento da entrevista

➤ **Acerca do entrevistado e opiniões pessoais:**

- Em que consiste um mediador cigano? Qual a sua importância?
- Funções, papel que desempenha como mediador cigano com a Camara Municipal.
- Funções, papel que desempenha como mediador cigano com as comunidades ciganas.
- Qual é a visão da importância da sua função por parte das comunidades ciganas?
- O que é para si exclusão social?
- Segundo a sua opinião, existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população de Coimbra? Como se processa?
- Como vêm os elementos das comunidades ciganas, com quem tem trabalhado, essa exclusão?

- O que é para si integração social?
- Considera que essas comunidades preferem viver à parte ou querem integrar-se?
- Como mediador, considera necessário uma formação complementar/específica para trabalhar com comunidades ciganas? Qual?
- Como vê a sua integração e o seu papel dentro da Camara Municipal de Coimbra, sendo cigano?

➤ **Questionário sobre a integração social de ciganos em Coimbra**

1) Bruno Gonçalves (CARDOSO, C. [et al.] (2001) *Que sorte, ciganos na nossa escola!*, Lisboa, Secretariado Entreculturas.) afirma que existem 60 a 65 famílias ou casais ciganos, vivendo na sua grande maioria em habitações sociais (Bairro do Ingote e da Rosa principalmente) e que o nível da sua inclusão ou assimilação na sociedade difere consoante os casos. A comunidade cigana dos campos do Bolão, tratada por ciganos de outras comunidades como *espanhóis*, é patriarcal e tinha uma estrutura social interna muito isolada, onde se praticava o casamento precoce por exemplo, contudo têm havido uma abertura à acção de entidades não-governamentais e locais. Os elementos desta comunidade sustentam-se sobretudo devido à venda ambulante, à leitura da sina e à mendicidade. Por outro lado, a comunidade do laranjal é matriarcal e os seus elementos são denominados por outros ciganos de *chabotos*. As mulheres desta comunidade dedicam-se à mendicidade e os homens ao trabalho com vime. Com os elementos das duas comunidades antes referidas, por altura destas declarações (2001) não havia ainda muitos dados com os quais trabalhar.

- Doze anos após estas declarações, muita coisa mudou relativamente às comunidades ciganas de Coimbra?
- Quais as principais mudanças na sua opinião?
- O que caracteriza e distingue hoje essas comunidades?

- Qual o papel da mulher em cada comunidade? O que as distingue de uma comunidade para outra? O que fazem, quais as actividades que praticam? Qual a estrutura familiar? Qual a relação numa comunidade patriarcal e matriarcal?

2) O “modelo de actuação com a população cigana” desenvolvido pela Câmara Municipal de Coimbra (SANTOS, Rosa. (coord.) (2008) *Modelo integrado de actuação com a população cigana: metodologias e estratégias: Projecto Coimbra Cidade de Todos, Coimbra*, [s.n.].) visava realojar as famílias ciganas que se encontrassem a viver em “barracas”. Assim, foi construído o Centro de Estágio Habitacional, nos Campos do Bolão para realojar provisoriamente os membros de comunidades ciganas, nomeadamente os *espanhóis*, que habitavam em “barracas” junto à estação de comboios Coimbra-B, que habitassem em condições precárias.

- Quais são os critérios para que alguém cigano possa beneficiar da mudança para o centro de estágio habitacional? Participa nessa selecção?

- Em que moldes se processa essa mudança?

- Quais as implicações para o estilo de vida cigano?

-A designação “centro de estágio habitacional” pressupõe que as pessoas retiradas da rua que para lá são encaminhadas receberão algum tipo de formação sobre como viver numa habitação?

- Desempenha algum papel nessa formação?

- Desempenha algum papel no acompanhamento de ciganos no Centro de Estágio Habitacional? Qual?

- Sendo o objectivo o realojamento na cidade, acompanha o processo para tal acontecer?

- Após o realojamento na cidade as pessoas continuam a ser acompanhadas? Participa nesse acompanhamento?

- Algumas famílias/pessoas são alojadas em bairros sociais (do Ingote e/ou da Rosa) enquanto que outras o são em casas dispersas pela cidade, porquê?

-Separar os ciganos pelo contexto habitacional, melhora a sua integração social?

Exemplos.

-Considera que as políticas da Camara Municipal de Coimbra, para a integração dos ciganos, estão a dar frutos positivos? A curto ou a longo-prazo? Porquê?

- Qual considera ser o papel da mulher cigana na integração da sua comunidade, no caso de Coimbra?

-Que actividades tinham quando habitavam em barracas? Quais as que praticam agora?

-Como lhe parece que estas mulheres vêm a sua integração social?

- Muitos dos homens ciganos estavam presos aquando da mudança da comunidade para o Centro de Estágio Habitacional. Ainda é assim? Qual o controlo exercido pelos homens na prisão? Até que ponto as mulheres se resignam a esse controlo?

- Existem casamentos no Centro de Estágio habitacional? Como se processa esse acontecimento? (<http://cigano-tv.blogspot.pt/2010/11/grande-reportagem-primeira-casa.html>)

➤ **Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra**

3) A associação cigana de Coimbra, existente desde 1999 (não existe nenhuma de mulheres ciganas), tem tentado realizar projectos de dinamização da cultura cigana e explorar formas da sua integração com os ciganos realojados na cidade pois tem-se verificado uma adaptação aos costumes não ciganos.

- Existe algum tipo de cooperação entre a Camara Municipal de Coimbra e a Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra?

- Participou no processo de formação da associação? Como se processou?

- Desempenha algum papel nessa associação? Qual?

- Para além de ateliers de musica e dança cigana, do workshop de criação de caixas flamencas “cajones” e da organização de uma noite cigana (SIMÕES, Luís Filipe Freire,

Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra : ao serviço da comunidade, Coimbra : L. Simões, 2006), existe mais algum tipo de actividades desenvolvidas pela associação? Quais?

- Qual a importância da associação para a promoção da integração social dos ciganos em Coimbra?

- A associação desenvolve algum tipo de actividade específica para as mulheres ciganas? De que ordem? (direitos humanos, inserção social, etc...)

- Qual a relação entre a associação e os ciganos do Centro de Estágio Habitacional?

➤ **Há mais alguma coisa que considere relevante, para esta entrevista e/ou investigação e que não tenha sido falada?**

- Conclusão

- Agradecimento

Anexo II

Guião da entrevista a uma animadora sociocultural da Camara Municipal de Coimbra

- Introdução
- Agradecimento pela entrevista que está a ser gravada
- Reapresentação da entrevistadora
- Tema do trabalho (“praticas de integração social das mulheres ciganas em Coimbra”)
- Papel que se procura no entrevistado (profissional com grande experiência em animação social das comunidades ciganas)
- Objectivo da entrevista
- Funcionamento da entrevista
- Garantir o anonimato (se necessário)

- **Acerca do entrevistado e opiniões pessoais:**
 - Há quanto tempo trabalha para a Camara Municipal de Coimbra? E no Centro de Estágio Habitacional?
 - Funções, papel que desempenha como animadora sociocultural?
 - Trabalha apenas com a população cigana ou com outros contextos sociais?
 - O que é para si exclusão social?
 - Segundo a sua opinião existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população de Coimbra? Como se processa?
 - O que é para si integração social?

- Como vêm os elementos das comunidades ciganas, com quem tem trabalhado, essa exclusão? Preferem viver à parte ou querem integrar-se?
- É necessário uma formação complementar/específica para trabalhar com comunidades ciganas? Qual?
- Quais as metodologias usadas para avaliar e retardar a exclusão social cigana em Coimbra? E quanto à integração?
- Segundo a sua opinião, como vêm os ciganos de Coimbra esta ajuda social?

- **Sobre o trabalho de animação sociocultural no Centro de Estágio Habitacional:**

- Quais são as actividades que coordena/desenvolve? Essas actividades são apenas financiadas pela Camara Municipal de Coimbra ou existem outras entidades patronais?
- Qual a afluência a essas por parte da comunidade?
- Quantas mulheres ciganas moram aqui? Quantas participam nas actividades?
- Segundo a sua opinião, de que forma vêm estas mulheres essas actividades?
- Como é a relação entre as mulheres durante a realização dessas acções?
- Qual a importância das actividades referidas para a comunidade? E para a integração social?

- **Questionário sobre a integração social de ciganos em Coimbra e importância das actividades promovidas**

No que respeita à inserção social, a Câmara Municipal de Coimbra concebeu um “modelo de actuação” (Santos 2008), procedendo à construção de um Centro de Estágio Habitacional para realojar provisoriamente os membros de comunidades ciganas que habitassem em condições precárias. De seguida procedeu à promoção de formações, assim como um realojamento definitivo na cidade.

- Durante quanto tempo está prevista a estadia das pessoas neste local?
- A designação “centro de estágio habitacional” pressupõe que as pessoas retiradas da rua que para lá são encaminhadas receberão algum tipo de formação sobre como viver numa habitação?
- Como é feita essa formação? As actividades que desenvolve ajudam a essa formação?
- Como é feito o seu acompanhamento de ciganos no Centro de Estágio Habitacional?
- Após o realojamento na cidade as pessoas continuam a ser acompanhadas? Em que moldes?
- Qual considera ser o papel da mulher cigana na integração da sua comunidade, no caso de Coimbra?
- Como lhe parece que estas mulheres vêm a sua integração social?
- Muitos dos homens ciganos estavam presos aquando da mudança da comunidade para o Centro de Estágio Habitacional. Ainda é assim? Qual o controlo exercido pelos homens na prisão? Até que ponto as mulheres se resignam a esse controlo? Como é a relação homem/mulher?
- As mulheres já alojadas vêm ao Centro de Estágio Habitacional? Parece-lhe haver grandes diferenças desde que saíram deste local? Como é a sua relação com as mulheres que habitam aqui? E vice-versa?
- Existem casamentos no Centro de Estágio habitacional? Como se processa esse acontecimento? (<http://cigano-tv.blogspot.pt/2010/11/grande-reportagem-primeira-casa.html>)

- **Relação entre Câmara Municipal de Coimbra e Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra**

- Considera que as políticas da Camara Municipal de Coimbra, para a integração dos ciganos, estão a dar frutos positivos? A curto ou a longo-prazo? Porquê?

- A Camara Municipal de Coimbra promove e/ou associa-se a alguma actividade (seja ela de qualquer ordem) para promover a integração cigana?
- Existe algum tipo de cooperação entre a Camara Municipal de Coimbra e a Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra?
- Desempenha algum papel nessa associação? Qual?
- Para além de ateliers de musica e dança cigana, do workshop de criação de caixas flamencas “cajones” e da organização de uma noite cigana (SIMÕES, Luís Filipe Freire, *Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra : ao serviço da comunidade*, Coimbra : L. Simões, 2006), existe mais algum tipo de actividades desenvolvidas pela associação? Quais?
- Qual a importância da associação para a promoção da integração social dos ciganos em Coimbra?
- A associação desenvolve algum tipo de actividade específica para as mulheres ciganas? De que ordem? (direitos humanos, inserção social, etc...)
- Qual a relação entre a associação e os ciganos do Centro de Estágio Habitacional?
- **Há mais alguma coisa que considere relevante, para esta entrevista e/ou investigação e que não tenha sido falada?**

- Conclusão

- Agradecimento

Anexo III

Guião da entrevista a uma assistente social da Camara Municipal de Coimbra

- Introdução
- Agradecimento pela entrevista que está a ser gravada
- Re-apresentação da entrevistadora
- Tema do trabalho (“praticas de integração social das mulheres ciganas em Coimbra”)
- Papel que se procura no entrevistado (profissional com grande experiência em assistência social às comunidades ciganas)
- Objectivo da entrevista
- Funcionamento da entrevista
- Garantir o anonimato (se necessário)

- **Acerca do entrevistado e opiniões pessoais:**
 - Funções, papel que desempenha como assistente social na Camara Municipal e/ou Parque nómada
 - Trabalha apenas com a população cigana ou com outros desfavorecidos socialmente?
 - É possível fazer levantamento de dados dos ciganos que são alvo de ajuda social? (idade, sexo, estado civil, escolaridade, ocupação, composição do agregado)
 - O que é para si exclusão social?
 - Segundo a sua opinião de assistente social, existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população de Coimbra? Como se processa?
 - O que é para si integração social?

- Como vêm os elementos das comunidades ciganas, com quem tem trabalhado, essa exclusão? Preferem viver à parte ou querem integrar-se?
- É necessário uma formação complementar/específica para trabalhar com comunidades ciganas? Qual?
- Quais as metodologias usadas para avaliar a exclusão social (do ponto de vista da acção social) cigana em Coimbra?
- Segundo a sua opinião, como vêm os ciganos de Coimbra esta ajuda social?

- **Questionário sobre a integração social de ciganos em Coimbra**

No que respeita à inserção social, a Câmara Municipal de Coimbra concebeu um “modelo de actuação” (Santos 2008), procedendo à construção de um Centro de Estágio Habitacional para realojar provisoriamente os membros de comunidades ciganas que habitassem em condições precárias. De seguida procedeu à promoção de formações, assim como um realojamento definitivo na cidade.

- No caso do Centro de Estágio Habitacional, quais as suas particularidades e condições? As pessoas que aí habitam são apenas ciganos?
- Quais são os critérios para que alguém (nomeadamente cigano) possa beneficiar da mudança para o centro de estágio habitacional?
- Em que moldes se processa essa mudança?
- Durante quanto tempo está prevista a estadia das pessoas neste local?
- A designação “centro de estágio habitacional” pressupõe que as pessoas retiradas da rua que para lá são encaminhadas receberão algum tipo de formação sobre como viver numa habitação?
- Como é feita essa formação?
- Como é feito o acompanhamento de ciganos no Centro de Estágio Habitacional?
- Sendo o objectivo o realojamento na cidade, quais os critérios para tal acontecer?

- Após o realojamento na cidade as pessoas continuam a ser acompanhadas? Em que moldes?
- Algumas famílias/pessoas são alojadas em bairros sociais (do Ingote e/ou da Rosa) enquanto que outras o são em casas dispersas pela cidade, porquê?
- Separar os ciganos pelo contexto habitacional, melhora a sua integração social? Exemplos.
- Qual considera ser o papel da mulher cigana na integração da sua comunidade, no caso de Coimbra?
- Que actividades tinham quando habitavam em barracas? Quais as que praticam agora?
- Como lhe parece que estas mulheres vêm a sua integração social?
- Muitos dos homens ciganos estavam presos aquando da mudança da comunidade para o Centro de Estágio Habitacional. Ainda é assim? Qual o controlo exercido pelos homens na prisão? Até que ponto as mulheres se resignam a esse controlo?
- Existem casamentos no Centro de Estágio habitacional? Como se processa esse acontecimento? (<http://cigano-tv.blogspot.pt/2010/11/grande-reportagem-primeira-casa.html>)

- **Relação entre Câmara Municipal de Coimbra e Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra**

- Considera que as políticas da Camara Municipal de Coimbra, para a integração dos ciganos, estão a dar frutos positivos? A curto ou a longo-prazo? Porquê?
- A Camara Municipal de Coimbra promove e/ou associa-se a alguma actividade (seja ela de qualquer ordem) para promover a integração cigana?
- Existe algum tipo de cooperação entre a Camara Municipal de Coimbra e a Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra?
- Participou no processo de formação da associação? Como se processou?

- Desempenha algum papel nessa associação? Qual?
- Para além de ateliers de musica e dança cigana, do workshop de criação de caixas flamencas “cajones” e da organização de uma noite cigana (SIMÕES, Luís Filipe Freire, *Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra : ao serviço da comunidade*, Coimbra : L. Simões, 2006), existe mais algum tipo de actividades desenvolvidas pela associação? Quais?
- Qual a importância da associação para a promoção da integração social dos ciganos em Coimbra?
- A associação desenvolve algum tipo de actividade específica para as mulheres ciganas? De que ordem? (direitos humanos, inserção social, etc...)
- Qual a relação entre a associação e os ciganos do Centro de Estágio Habitacional?
- **Há mais alguma coisa que considere relevante, para esta entrevista e/ou investigação e que não tenha sido falada?**

- **Conclusão**

- **Agradecimento**

Anexo IV

Guião da entrevista ao presidente da Associação Social e Recreativa Cigana

- Introdução
- Agradecimento pela entrevista que está a ser gravada
- Re-apresentação da entrevistadora
- Tema do trabalho (“práticas de integração social das mulheres ciganas em Coimbra”)
- Papel que se procura no entrevistado (dirigente associativo ligado às comunidades ciganas)
- Objectivo da entrevista
- Funcionamento da entrevista

- **Acerca do entrevistado e opiniões pessoais:**
 - Funções, papel que desempenha como presidente de uma associação cigana? Há quanto tempo ocupa este cargo?
 - Em que consiste o associativismo cigano em Portugal?
 - O associativismo permite a uma minoria étnica, como é o caso da cigana, uma maior ou menor inserção na comunidade maioritária? Em que moldes?
 - O que é para si exclusão social?
 - Segundo a sua opinião, existe exclusão social dos ciganos por parte da restante população de Coimbra? Como se processa?
 - O que é para si integração social?

- Como vêm os elementos das comunidades ciganas, com quem tem trabalhado, essa exclusão? Preferem viver à parte ou querem integrar-se?
- Segundo a sua opinião, como vêm os ciganos de Coimbra a ajuda social que lhes é fornecida?

➤ **Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra**

- 4) A associação cigana de Coimbra, existente desde 1999 (não existe nenhuma de mulheres ciganas), tem tentado realizar projectos de dinamização da cultura cigana e explorar formas da sua integração com os ciganos realojados na cidade pois tem-se verificado uma adaptação aos costumes não ciganos.

- Existe algum tipo de cooperação entre a Camara Municipal de Coimbra e a Associação Social e Recreativa Cigana de Coimbra? Em que sentido?
- Qual a relação da Associação com o mediador cigano da Camara Municipal de Coimbra?
- Participou no processo de formação da associação? Como se processou?
- Para além de atelieres de musica e dança cigana, do workshop de criação de caixas flamencas “cajones” e da organização de uma noite cigana (SIMÕES, Luís Filipe Freire, *Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra : ao serviço da comunidade*, Coimbra : L. Simões, 2006), existe mais algum tipo de actividades desenvolvidas pela associação? Quais?
- Como pensa que estas actividades beneficiam os ciganos de Coimbra? Qual a visão destes das mesmas?
- Qual a importância da associação para a promoção da integração social dos ciganos em Coimbra?
- Qual a relação entre a associação e os ciganos do Centro de Estágio Habitacional? A relação com os ciganos alojados na cidade e/ou em bairros sociais é diferente? Como?

- Como é a relação da associação com as mulheres ciganas?
- É desenvolvido algum tipo de actividade específica para essas mulheres? De que ordem? (direitos humanos, inserção social, etc...)
- A associação participou de alguma forma nos casamentos realizados no Centro de Estágio habitacional? Como? (<http://cigano-tv.blogspot.pt/2010/11/grande-reportagem-primeira-casa.html>)
- São realizados casamentos ciganos noutros contextos habitacionais? A associação desempenha algum papel nesses acontecimentos?
- Quais as implicações desses casamentos para a inserção e/ou exclusão social dos ciganos em Coimbra?

- **Questionário sobre a integração social de ciganos em Coimbra**

No que respeita à inserção social, a Câmara Municipal de Coimbra concebeu um “modelo de actuação” (Santos 2008), procedendo à construção de um Centro de Estágio Habitacional para realojar provisoriamente os membros de comunidades ciganas que habitassem em condições precárias. De seguida procedeu à promoção de formações, assim como um realojamento definitivo na cidade.

- Na sua opinião, qual a importância do Centro de Estágio Habitacional para a inserção social dos ciganos em Coimbra?
- A associação participa de alguma forma no acompanhamento que é feito aos ciganos no Centro de Estágio Habitacional? De que forma?
- Sendo o objectivo o realojamento na cidade, considera que separar os ciganos pelo contexto habitacional, melhora a sua integração social? De que forma?
- Qual considera ser o papel da mulher cigana na integração da sua comunidade, no caso de Coimbra?
- Como lhe parece que estas mulheres vêm a sua integração social?

➤ **Há mais alguma coisa que considere relevante, para esta entrevista e/ou investigação e que não tenha sido falada?**

- Conclusão

- Agradecimento

Anexo V

Dados fornecidos pela Câmara Municipal de Coimbra referentes ao alojamento de famílias ciganas em Coimbra.

1. Residentes do CEH

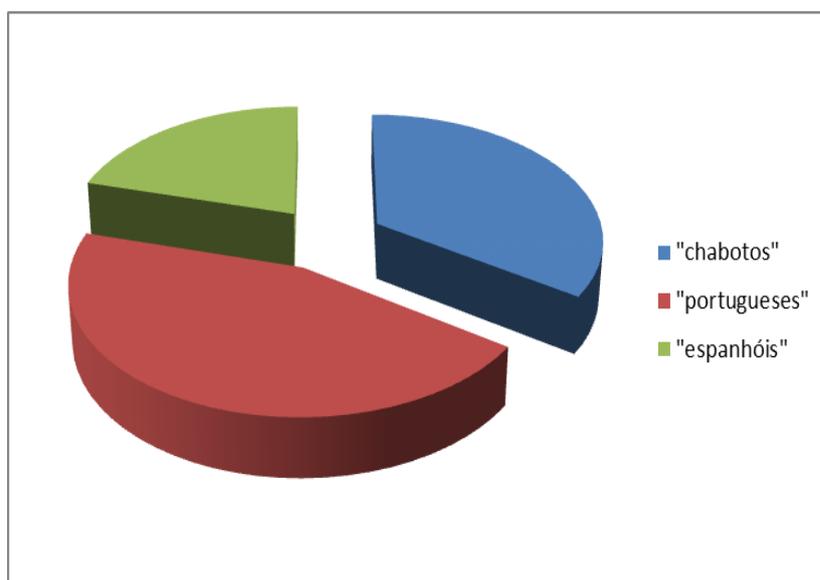
(Dados fornecidos pelas técnicas do CEH relativos a 2013)

Sexo	Adultos (> 18 anos)		Jovens (12-17 anos)		Crianças (0-11 anos)		Total
	M	F	M	F	M	F	
	8	12	3	6	9	8	46

2. Avaliação da atribuição de habitações dispersas a famílias de etnia cigana.

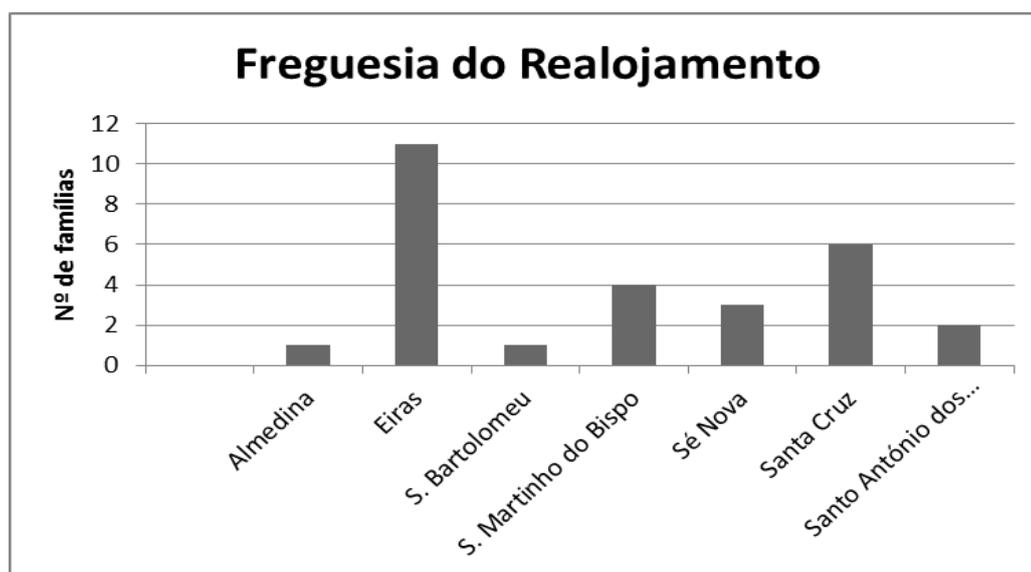
(Dados fornecidos pelo Departamento de Habitação da CMC, relativos a 2012)

2.1.Nº de famílias



2.2.Comunidade de pertença da família

	Origem	Lei	Casamento	Profissão
“Chabotos”	Trás-os-Montes	Não vivenciam intensamente os costumes ciganos	Casamentos mistos, intrafamiliares	Venda ambulante (pipocas, balões), trabalhos sazonais agrícolas e sucata.
“Espanhóis”	“Familia Monteiro”	Mulher submissa, valorização do elemento mais velho.	Precoce e consanguinidade	Mendicidade Venda de cavalos/cestos
“Portugueses”	Descendentes de conimbricenses residentes em Bairros Sociais ou outras habitações privadas	Patriarcal, mas a mulher tem um papel mais activo.	Mais tardio	Venda-ambulante (vestuário e calçado)



2.3.Realojamento (Enquadramento)

Situação de Emergência	4
“PROHABITA”	25
Total	29

3. Apoio Social às famílias:

Com RSI	25
Sem RSI	4
Total	29

3.1.Famílias sem RSI

CEI CMC	1
Reformado por invalidez	1
Scretário clínico	1
Vendedor Ambulante	1
Total	4